



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

JOANDERSON DOS SANTOS SILVA

**A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DO “CIDADÃO PROTAGONISTA” POR MEIO DO
DISPOSITIVO ECI DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

JOANDERSON DOS SANTOS SILVA

**A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DO “CIDADÃO PROTAGONISTA” POR MEIO DO
DISPOSITIVO ECI DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Farias Francelino.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586ac Silva, Joanderson do Santos.

A construção subjetiva do "cidadão protagonista" por meio do Dispositivo ECI da Paraíba / Joanderson do Santos Silva. - João Pessoa, 2025.

86 f. : il.

Orientação: Pedro Farias Francelino.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Análise do discurso. 2. Estudos discursivos foucaultianos. 3. Subjetividade. 4. Governamentalidade neoliberal. 5. Novo Ensino Médio. 6. Escola Cidadã Integral. I. Francelino, Pedro Farias. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81'42(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE JOANDERSON DOS SANTOS SILVA

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco (07/02/2025), às dez horas, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada “**A construção subjetiva do “Cidadão Protagonista” por meio do dispositivo ECI da Paraíba**”, apresentada pelo(a) mestrando(a) **JOANDERSON DOS SANTOS SILVA**, Licenciado(a) em Letras pelo(a) **Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**, que concluiu os créditos para obtenção do título de **MESTRE(A) EM LINGUÍSTICA**, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do(a) Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof(a). Dr(a). Pedro Farias Francelino (PROLING – UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(a)s Professores(as) Doutores(as) Edileide de Souza Godoi (Examinadora/UPE) e Maria de Fátima Almeida (Examinadora/PROLING-UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) senhor(a) Presidente Prof(a). Dr(a). Pedro Farias Francelino convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) Mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o conceito **APROVADO**. Proclamados os resultados pelo(a) professor(a) Dr(a). Pedro Farias Francelino, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 07 de fevereiro de 2025.

Observações

A banca examinadora destacou a qualidade acadêmico-social da pesquisa e o bom domínio teórico-metodológico-analítico que o mestrando tem de sua investigação. Recomendou ajustes pontuais no texto com vistas a conferir maior precisão e clareza a algumas formulações tanto teóricas quanto analíticas.

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO FARIAS FRANCELINO**
Data: 07/03/2025 12:11:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Pedro Farias Francelino
(Presidente da Banca Examinadora)

Documento assinado digitalmente
 **EDILEIDE DE SOUZA GODOI**
Data: 07/03/2025 12:23:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Edileide de Souza Godoi
(Examinadora)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA**
Data: 13/03/2025 19:46:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Maria de Fátima Almeida
(Examinadora)

Dedico este trabalho a todos os alunos de escola pública que sonham em proporcionar uma vida mais digna as suas famílias através da educação e da ciência.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Durante dois anos, tanto a CAPES como também a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho colaborando, assim, para com nosso encontro com a pesquisa.

Vale ressaltar que o Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) foi responsável pela formação do pesquisador que sou. Nesta instituição a qual tenho valorosa estima e apreço fiz amigos que levarei para minha vida. Aqui, faço questão de citar alguns como Aléxia Eloar, mulher de grandeza em luta e de beleza em resistir. Sua amizade e parceria rendeu um artigo na Revista Antares intitulada *This Is (not) América: Estilo e Dialogismo e ação resposiva no gênero discursivo videoclipe*. (2024). À essa mulher incrível, fica meu imenso agradecimento por me encorajar a tomar decisões que foram decisivas ao meu bem-estar. Agradeço, também, a querida Luzineide Sousa pela amizade e pela troca de conhecimento.

Sem deixar de citar ao paciente Professor Dr. Pedro Francelino por aceitar ser meu orientador. Mesmo em meio a tantos obstáculos, seguiu acreditando em mim. Gratidão imensa pelo desafio aceito e por não deixar que este trabalho se perdesse. Ainda, agradeço as contribuições dadas pelas professoras que estiveram no exame da minha qualificação: Dra. Edileide Godoi e Dra. Fátima Almeida. Suas sugestões foram cruciais para nortear o caminho a ser seguido.

Dos amigos que não fazem parte desta instituição (ao menos até a presente data), mas que sigo levando para a vida, cito com o peito cheio de gratidão a parceria do Professor Erivan. homem político de integridade admirável que tanto me incentivou a ocupar espaços que nunca imaginei estar. Gratidão ainda aos Professores Leomar Mendonça, Andreza Marinho, Francilane Rodrigues, Daniel Andrade, Fracileide Rodrigues e Ingridy Lammone os quais tenho um carinho enorme e seguem vibrando de felicidade a cada nova conquista minha.

Aos amigos da Associação Rádio Comunitária Araçá FM em especial a Joyce Smith, Jailson Marinho (*In Memoriam*), Jefferson Marques, João Marinho, Simone Tamara, Ariely Vitória e Emerson Aluízio pelos longos anos de amizade e participação na comunicação popular que, assim como outros tantos dispositivos, ajudaram na construção de quem sou.

À família Afonso e Bibiano pelo acolhimento. Em especial, agradeço a minha namorada, Jessica Afonso Bibiano, companheira de todos os momentos, grande incentivadora desta jornada. Obrigado por todo amor e por ser esta mulher incrível.

Agradeço especialmente a minha família, minha base, por quem venho a lutar todos os dias. Ao meu pai (*In Memoriam*), pedreiro, analfabeto, que ajudou a construir os sonhos de muitos, mas que, por partir de forma repentina, não chegou a realizar o seu: ver seus filhos formados. Obrigado, meu pai, pelos ensinamentos da vida, por me fazer enxergar que existe um mundo a ser conquistado e não temido. Agradeço aos meus irmãos Jaciara Pereira e Joalisson Pereira por sempre acreditarem e se orgulharem de mim. À minha amada e honrada mãe, Josileide, mulher do campo que não teve a oportunidade de terminar seus estudos, dedicando-se à casa e à família, cuidados sempre dos seus filhos com muito amor. Obrigado por me fazer existir. Existir de verdade. À senhora, todo amor que há nessa vida.

Às políticas sociais do governo federal como Bolsa Família, Caminho da Escola, PIBIC, Residência Pedagógica, Leis de Cotas entre outras as quais fiz parte e que me possibilitaram a ocupar diversos espaços nunca imagináveis. Obrigado, Presidente Lula!

Agradeço a Deus por permitir que todas as obras se tornassem possíveis.

A Economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma.

Margaret Thatcher (1981)

RESUMO

O trabalho apresentado se fundamenta nos Estudos Discursivos Foucaultianos com o principal objetivo de descrever e analisar enunciados materializados na rede social *Instagram* da ECIPB que contribuem com processos de subjetivação de um sujeito-aluno definido como “Cidadão Protagonista” presente no dispositivo escolar paraibano chamado de Escola Cidadão Integral. O surgimento desse Dispositivo está relacionado às transformações no cenário educacional do estado, especialmente em resposta às mudanças propostas pela Reforma do Novo Ensino Médio no Brasil. A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu, entre tantas modificações, uma nova organização curricular que contempla a Base Nacional Comum Curricular, ofertando, ainda segundo o documento, diferentes possibilidades de escolha aos estudantes, com itinerários formativos, focando nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativo-interpretativista, pautada no método arqueogenealógico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, com bibliografia que propõe melhor entender a relação entre o cidadão protagonista e o sujeito neoliberal de Dardot e Laval (2016). O *corpus* é composto por quatro postagens da ECIPB, além de outras que aparecem no decorrer da investigação, que permitem identificar a construção de um sujeito chamado de protagonista. Todavia, ao longo da pesquisa, cabe trazer análises de outros enunciados que exemplifiquem os conceitos foucaultianos de “língua”, “poder”, “sujeito”, “subjetividade” e “governamentalidade neoliberal”, importantes para a) estudar questões relacionadas ao poder, resistência e como o sujeito participa desta relação; b) cartografar enunciados que evidencie práticas neoliberais que contribuíram para o surgimento do dispositivo ECI-PB; c) catalogar, descrever e analisar enunciados materializados no perfil da ECIPB que evidencie uma relação entre sujeito protagonista e o sujeito neoliberal. Ao final desta pesquisa, apresentamos quem é o sujeito chamado de Cidadão Protagonista, fruto da Escola Cidadã Integral do Estado da Paraíba, que surge para atender as necessidades políticas e sociais do neoliberalismo.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; Subjetividade; Governamentalidade Neoliberal; Novo Ensino Médio; Escola Cidadã Integral.

ABSTRACT

The presented work is grounded in Foucauldian Discursive Studies, with the primary objective of describing and analyzing statements materialized on the Instagram social media account of ECIPB (Escola Cidadã Integral da Paraíba), which contribute to the processes of subjectivation of a student-subject defined as the “Protagonist Citizen,” present within the Paraíba school apparatus known as Escola Cidadã Integral (Integral Citizen School). The emergence of this apparatus is related to transformations in the state's educational landscape, especially in response to the changes proposed by Brazil's New High School Reform. Law No. 13,415/2017 amended the National Education Guidelines and Framework Law, establishing, among various changes, a new curricular organization that incorporates the Common National Curricular Base. According to the document, it also offers students different possibilities of choice through formative itineraries, focusing on areas of knowledge as well as technical and professional training. Methodologically, the research adopts a qualitative-interpretative approach, based on the archaeogenealogical method of Foucauldian Discursive Studies, with a bibliography aimed at better understanding the relationship between the “Protagonist Citizen” and the neoliberal subject, as discussed by Dardot and Laval (2016). The corpus comprises four ECIPB posts, as well as others that emerge throughout the investigation, which enable the identification of the construction of a subject referred to as the protagonist. However, throughout the research, it is essential to analyze other statements that exemplify Foucauldian concepts such as “language,” “power,” “subject,” “subjectivity,” and “neoliberal governmentality,” which are critical for: a) studying issues related to power, resistance, and how the subject participates in this relationship; b) mapping statements that reveal neoliberal practices contributing to the emergence of the ECIPB apparatus; c) cataloging, describing, and analyzing statements materialized on the ECIPB profile that evidence a relationship between the protagonist subject and the neoliberal subject. At the conclusion of this research, we present who the subject called “Protagonist Citizen” is, a product of the Integral Citizen School of the State of Paraíba, which emerges to meet the political and social demands of neoliberalism.

Keywords: New High School; Foucauldian Discursive Studies; Subjectivity; Neoliberal Governmentality; Integral Citizen School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Enunciado 1: Educação não é mercadoria	25
Figura 2 - Enunciado 2: Os titãs da educação	26
Figura 3 - Enunciado 3: A luta por quem somos	30
Figura 4 - Regularidade 1 ao Enunciado 3: A bandeira da vitória	32
Figura 5 - Regularidade 2 ao enunciado 3: Punhos cerrados é Luta e Resistência	33
Figura 6 - Capacidade, comunicação e poder no Dispositivo ECI-PB.....	38
Figura 7 - Fernando Collor de Mello é eleito presidente.....	48
Figura 8 - O Choque e o Confisco no Brasil	48
Figura 9 - Programa Primeira Chance no Governo da Paraíba	50
Figura 10 - Se Liga Prota.....	53
Figura 11 - A Reforma do Cérebro.....	55
Figura 12 - Regularidades entre a formação do cidadão protagonista e o empreendedorismo por meio do conflito entre o poder e os movimentos de resistência.....	58
Figura 13 - Nós Escolhemos Pensar!.....	60
Figura 14 - Análise das Competências e habilidades na formação do sujeito empreendedor..	66
Figura 15 - Mercado de trabalho e a ECI	69
Figura 16 - Exaltação à escola.....	71
Figura 17 - O Projeto de Vida	74
Figura 18 - Eixos formativos do estudante.....	76
Figura 19 - O Prota-Mei chega à Universidade.....	78
Figura 20 - Juventude Empreendedora.....	80
Figura 21 - Jovens investindo no próprio negócio na Paraíba.....	80
Figura 22 - Caminhos pós-médio?	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPB	Assembleia Legislativa da Paraíba
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEO	<i>Chief Executive Officer</i> (o mesmo que diretor-executivo)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ECI	Escola Cidadã Integral
ECIS	Escola Cidadã Socioeducativa
ECIT	Escola Cidadã Integral Técnica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPB	Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SEECT	Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2 ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS: CONTRIBUIÇÕES GERAIS PARA ENTENDER A MATERIALIDADE LINGÜÍSTICA	20
2.1 DA LÍNGUA, DO ENUNCIADO E DO DISCURSO: DIÁLOGOS E DUELOS	20
3 PODER E SABER: NA EMERGÊNCIA DO NOVO ENSINO MÉDIO.....	28
3.1 O SUJEITO, O PODER E A RESISTÊNCIA: PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO	29
4 GOVERNAMENTALIDADE E NEOLIBERALISMO: CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES.....	42
4.1 GOVERNAMENTALIDADE E NEOLIBERALISMO: BASE CONCEITUAL	42
4.2 CARTOGRAFANDO ALGUNS ACONTECIMENTOS NEOLIBERAIS	45
4.3 POR TEMER: A REFORMA NEOLIBERAL ADENTRANDO A SUBJETIVIDADE DOS ESTUDANTES	50
4.5 OCUPAR E RESISTIR: UMA REGULARIDADE DA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL	57
5 A EMERGÊNCIA DA ECI-PB E O APARECIMENTO DO CIDADÃO PROTAGONISTA.....	61
5.1 O DISCURSO NAS REDES: O QUE VENDE A ECI PB NESSA FORMAÇÃO PROTAGONISTA?.....	67
5.2 O CIDADÃO PROTAGONISTA É O NOVO MEI?	77
6 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	84

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação é um dos dispositivos que mais reflete uma determinada necessidade histórica. Por meio dela, poderemos pensar as relações discursivas que sustentam uma vontade de verdade inerente a um determinado sistema político e econômico que normatiza os corpos dos sujeitos.

Sendo assim, a centralidade reflexiva desta investigação parte de questões de ordem política e econômica que culminam na construção de uma subjetividade através de um dispositivo de controle presente na vida de muitos sujeitos paraibanos: a escola. A discussão da problemática também se faz necessária por observar que os sujeitos que se constroem nessa relação de subjetividade não são apenas passivos no jogo do discurso. Ao contrário disso, mostraremos o quanto são participantes do poder e em que proporção resistem aos feixes do poder que os tocam e os fazem ser o que são e não outros.

Entender que existe um sistema de poder que vai desde o nível micro ao macro do discurso, que determina comportamentos, saberes e sujeitos, culmina na necessidade de investigar acontecimentos dispersos em uma descontinuidade histórica. Esses acontecimentos são importantes para traçarmos um ponto inicial do processo de investigação e realizarmos uma arqueogenealogia do discurso. Cabe, também, compreender como o discurso funciona a partir de uma história serial e como este se organiza nessa relação de poder e construção de subjetividades.

Nessa linha, necessitamos evidenciar aqui, como um breve estudo da história serial e descontínua, o sistema neoliberal e sua relação de poder e verdade na construção de enunciados materializados e produtores de um novo modelo de educação que atendesse a necessidades específicas. Abordaremos também concepções de “governamentalidade neoliberal” neste processo de subjetivação, partindo dos Estudos Discursivos Foucaultianos e, em se tratando de questões de ordem econômica, contribuições de Pierre Dardot e Chistian Laval, na obra *A Nova Razão Do Mundo: Ensaio Sobre A Sociedade Neoliberal* (2016).

Trazendo esse pensamento para um momento atual, usaremos como objeto de nossa investigação as Escolas Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba, que, em seu funcionamento, organização arquitetônica e saberes produzidos têm todo o discurso inspirado no Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), grupo empresarial pernambucano que surgiu da união de ex-alunos do Ginásio Pernambucano, em Recife-PE, visando reestruturar aquele educandário e seu modelo pedagógico e de gestão.

Esse instituto objetivou, a partir da relação de “cooperação” entre secretarias de educação estaduais e municipais e instituições privadas, realizar as devidas transformações/adaptações do sistema educacional público do Estado da Paraíba à reforma ocasionada pela implementação do Novo Ensino Médio com a garantia de “melhorar” a sua qualidade de ensino.

O projeto de reformulação do ensino médio paraibano surge especificamente por meio do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), ainda no ano de 2015. A ideia do então governador Ricardo Vieira Coutinho (2011-2019), do Partido Socialista Brasileiro (PSB-PB), era implantar um modelo de escola integral gerenciado pelo ICE de Pernambuco. Instauram-se, dessa forma, por meio dos Decretos nº 36.408, de 30 de novembro de 2015, e nº 36.409, de 30 de novembro de 2015, as Escolas Cidadãs Integrais. Três anos depois, a Medida Provisória nº 267, de 07 de fevereiro de 2018, aprovada pela Lei nº 11.100, de 06 de abril de 2018, institui o Programa Escola Cidadã Integral, composto por três modelos: Escolas Cidadãs Integrais (ECI), Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas (ECIS) (Paraíba, 2018).

Maria Claudia Coutinho Henrique e Melânia Mendonça Rodrigues, no texto *Escola Cidadã Integral: um novo Ensino Médio na Rede Estadual da Paraíba* (2019), relembram a declaração da própria Secretaria de Educação do Estado da Paraíba sobre a implantação desse novo modelo de educação como sendo um feito grandioso, que traria inovações benéficas à formação do educando através de metodologias didáticas próprias. Assim, a Escola Cidadã Integral teria por objetivo oferecer fundamentos de uma escola inclusiva, visando à formação de um cidadão/profissional ideal ao mundo contemporâneo.

No que tange à composição curricular desse novo modelo de educação integral, a Escola Cidadã possui, além das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma grade diversificada de disciplinas chamadas de Eletivas, Pós-médio, Projeto de vida, Estudo Orientado e outras. O modelo, como já mencionado, divide-se em três sistemas de educação em tempo integral: a Escola Cidadã Integral (ECI), a Escola Cidadã Técnica Integral (ECIT) e Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS). Os três sistemas têm como essência curricular os mesmos objetivos (transformar o aluno em um ser autônomo e protagonista na sociedade), mas o que vai diferenciar cada sistema de ensino são suas respectivas necessidades. Por exemplo, na ECI, não há disciplinas de formação técnica para os educandos; dessa forma, os estudantes não terão a oportunidade de se profissionalizar em uma área. Essa situação é diferente da Escola Cidadã Integral Técnica, que possui em sua grade curricular, além da BNCC, disciplinas de formação técnica específica. A ECIS funciona nas Unidades de Medidas

Socioeducativas do Estado da Paraíba e sua grade curricular é semelhante à da ECI. Todavia, considera suas necessidades específicas e o contexto no qual estão inseridas.

Tendo em vista que o atual modelo de Escola Cidadã do Estado da Paraíba é fruto de toda uma rede discursiva empresarial que compõe o grupo de parceiros estratégicos do órgão que coordena a ECI-PB desde 2016, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), há uma nítida formação de subjetividade dos sujeitos participantes da educação que se diferencia do antigo modelo vigente na Paraíba. Essa nova formação parece atender aos anseios políticos e econômicos de um sistema denominado neoliberal, cujas ações estão calcadas na lógica gerencial.

Carvalho e Rodrigues (2019) ressaltam que há um processo de reestruturação de cunho neoliberal no Brasil desde os anos 90 que atinge diretamente as instituições públicas do país, alimentando um discurso de ineficiência do Estado em gerenciar tais aparelhos sociais, como tem ocorrido com a Petrobrás, com os Correios e até mesmo com a educação. É uma crise que se identifica em toda a camada social, em toda a estrutura escolar, de dentro para fora. Daí a transferência da responsabilidade do Estado, no gerenciamento da educação, para entidades privadas.

Os Estudos Discursivos Foucaultianos trazem contribuições pertinentes no que tange à compreensão das construções enunciativas que se institucionalizam nos mais diversos tipos de dispositivos, incluindo o dispositivo ECI. Segundo o filósofo, um dispositivo surge, dentre tantos fatores, por uma necessidade histórica e se compõe de uma rede discursiva, organizações, enunciados científicos, dos ditos e dos não ditos. Através de uma metodologia denominada arqueologia, Foucault nos instrui a investigar as possibilidades dos saberes, tendo como foco o discurso. Nesta pesquisa, faremos a junção desse método com a chamada genealogia (em que o filósofo foca seus estudos na análise do poder pensando nas lutas de forças e subjetividades que estão em jogo nos acontecimentos), daí porque nomeamos esse método de arqueogenealógico.

Com o propósito de delimitarmos melhor a pesquisa, nossa análise terá como *corpus* as produções enunciativo-discursivas pulverizadas no *Instagram* da ECIPB. Buscaremos, ainda, descrever e analisar os principais instrumentos de gerenciamento e disciplina usados pela Escola Cidadã Integral do Estado da Paraíba, que evidenciam eficiência nos processos de subjetivação/objetificação do corpo e da mente do discente, contribuindo para a formação do “Cidadão Protagonista”.

Os enunciados a serem descritos e analisados encontram-se em dois “espaços”: o primeiro leva em consideração a importância do que diz o Estado sobre o Dispositivo

Educacional em seus documentos oficiais, como as Diretrizes da ECI-PB e a BNCC. Aqui, observa-se o discurso específico direcionado a um sujeito que já pertence ao Dispositivo e que deverá seguir as normas, suas organizações arquitetônicas, métodos e sanções normalizadoras. Pretendemos, posteriormente, investigar os discursos produzidos na página oficial do *Instagram* da ECI-PB, observando um outro tipo de apresentação do dispositivo. Nessa materialidade, o discurso é direcionado aos sujeitos que, em geral, ainda não conhecem ou participam das atividades da Escola Cidadã Integral. O propósito desses enunciados produzidos nas redes sociais do Dispositivo ECI-PB é “vender” essa formação do “Prota¹”, despertando interesse dos que estão de fora desse dispositivo.

A técnica do poder disciplinar, questões relacionadas à governamentalidade – do governo de si e do outro, por exemplo –, concepções foucaultianas acerca do biopoder, dos processos de objetivação e subjetivação podem nos fornecer subsídios importantes para compreendermos o funcionamento discursivo que coopera para com a formação deste novo sujeito “protagonista” construído discursivamente.

Para melhor direcionamento da pesquisa, explicitamos alguns questionamentos importantes que nos conduziram no desdobramento desta investigação: quais os acontecimentos sociais, históricos e discursivos responsáveis pelo surgimento da Reforma do Ensino Médio que ocasionaram a implantação do atual sistema de ensino ECI no Estado da Paraíba? Como se organiza o Dispositivo ECI-PB e suas relações de poder com o propósito de produzir subjetividades? Essas perguntas nos ajudarão na busca pela resposta para o problema da pesquisa: quem é o cidadão protagonista no dispositivo ECI-PB?

A referida pesquisa torna-se de essencial importância por estar relacionada com acontecimentos reais e presentes, podendo trazer reflexões acerca dessa nova formação de cidadão paraibano que está presente em diversas camadas sociais. Por meio deste trabalho, traremos conceitos e reflexões baseados em estudos bibliográficos e documentais, com o propósito de realizarmos análises de enunciados que fazem parte do arquivo deste dispositivo escolar que, juntamente com a família e diversos outros dispositivos, estabelecem uma formação subjetiva dos indivíduos que fazem parte do nosso meio social.

Tendo em vista toda essa contribuição do setor privado, alimentado pela lógica de gerenciamento neoliberal, às entidades públicas de ensino do Brasil, especificamente, a do Estado da Paraíba, bem como o modelo de gerenciamento das ECIs-PB atendendo às suas

¹ Este termo diz respeito ao Protagonismo Juvenil da Escola Cidadã Integral, processo em que o jovem assume o papel de ator principal e, simultaneamente, é o sujeito da própria ação. A redução linguística é uma estratégia de poder da língua com foco na juventude e sujeitos que fazem uso de constante economia da língua em ambientes virtuais. Ao mesmo tempo, o termo cria um rótulo atraente para os sujeitos participantes do dispositivo. Produz uma identidade, ou melhor dizendo, uma subjetividade.

necessidades sociais específicas, emergem, em meio a essas tantas observações, o nosso objetivo geral e os nossos objetivos específicos da pesquisa.

Propomos, então, como objetivo geral, compreender, através dos enunciados presentes na página oficial do *Instagram* da ECI-PB, quem é o “Cidadão Protagonista” formado pelo Dispositivo da Escola Cidadã Integral da Paraíba, que através de toda uma rede discursiva, de toda uma organização arquitetônica, sustentado por enunciados científicos e técnicas disciplinares para enfrentar o mercado de trabalho e os desafios que a nossa sociedade contemporânea exige.

Como desdobramento do objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: a) compreender o funcionamento da materialidade linguística; b) estudar questões relacionadas ao poder, resistência e como o sujeito participa desta relação; c) cartografar enunciados que evidenciem práticas neoliberais que contribuíram para o surgimento do dispositivo ECI-PB; d) catalogar, descrever e analisar enunciados materializados no perfil da ECIPB que evidenciem uma relação entre sujeito protagonista e o sujeito neoliberal.

A referida pesquisa recorrerá a uma metodologia do tipo explicativa, que, nas palavras de Gil (2010, p. 28), “[...] tem como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Estas pesquisas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas”. Realizaremos esse tipo de pesquisa por acreditar ser essa a nossa principal função: investigar, no Dispositivo ECI-PB, acontecimentos que visem explicar ocorrências reais de enunciados, discursos, poderes e subjetividades.

A priori, a abordagem dos dados dar-se-á mediante o método qualitativo, que, nas palavras de Silveira e Córdova (2009, p. 31), é empregado quando “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

O método arqueogenealógico foucaultiano nos conduzirá na missão de analisar enunciados com valores de acontecimento presentes na materialidade discursiva da página oficial do *Instagram* da Escola Cidadã Integral, e, por meio deles, compreendermos a historicidade, os embates sociais discursivizados, os jogos de poder-verdade que contribuem para o surgimento desse novo cidadão chamado “protagonista”.

Nosso pilar metodológico se estabelecerá por meio de um procedimento de caráter tanto documental (uma vez que, em certos momentos, precisaremos recorrer a documentos, como legislações) quanto bibliográfico. No que se refere à pesquisa documental, por se tratar de um estudo que considera um Dispositivo implantado por uma instituição público-privada (Estado

da Paraíba e o ICE), há documentos que visam a sua consolidação através de determinados enunciados jurídicos e científicos com o propósito de estabelecer regras, leis ou comunicações oficiais. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, se justifica porque, nas palavras de Fonseca (2002, *apud* Silveira; Córdova, 2009, p. 37):

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Nesse sentido, como já foi mencionado anteriormente, obras do próprio Michel Foucault, como *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (1987), *Microfísica do Poder* (1979), *A Ordem do Discurso* (2006), *A Arqueologia do Saber* (2009), *Ditos e escritos, vol. III* (2009), *As Palavras e as Coisas* (1999), dentre outras, serão nosso alicerce na composição desta pesquisa.

Quanto à estruturação da escrita deste trabalho, ressaltamos que optamos por dividi-lo em quatro partes, além desta introdução, nas quais pretendemos conciliar os conceitos foucaultianos com as análises enunciativas e as considerações finais.

Após esta introdução, que se configura na apresentação do problema, das perguntas de pesquisa, dos objetivos, da metodologia e da base teórica, partiremos para o segundo capítulo: **Estudos Discursivos Foucaultianos: Contribuições gerais para entender a materialidade linguística**. Aqui, dissertamos sobre como é trabalhada a concepção de língua na ótica foucaultiana, que converge e diverge com o conceito tradicionalmente aceito pelos estruturalistas saussurianos, bem como procuramos entender quais são as contribuições dos estudos discursivos foucaultianos para a problemática que embasa a questão do sujeito fora dessa relação de “assujeitamento”, de um poder difuso, descentralizado.

Foucault, a partir de um estudo arqueológico da história da loucura, da história das ciências e de uma genealogia do nascimento das prisões, por exemplo, propõe mostrar que o sujeito constrói e é construído por relações de saber e poder e que essas mesmas relações se institucionalizam nos dispositivos, instrumento esse que pretendemos visibilizar de forma mais conceitual, assim como suas ferramentas de governamentalidade e disciplinaridade na formação de subjetividades.

Em suma, o que pretendemos mostrar neste segundo capítulo é que, segundo o pensamento foucaultiano, o sujeito é fruto de uma rede de discursos amparados por relações de poder-saberes que são institucionalizados nos Dispositivos que regulam nossas condutas, tornando-nos disciplinados, úteis e produtivos para atender a uma necessidade específica, seja

ela econômica ou política. Todavia, não é uma relação impositiva sobre o sujeito, ela não é autoritária. É, antes, uma estratégia que permite margens de escolhas de ser ou não ser um “cidadão protagonista”.

No terceiro capítulo, intitulado **Poder E Saber: Na Emergência Do Novo Ensino Médio**, através dos textos de Foucault *O sujeito e o Poder* (2009c), *Segurança Território e População* (2008) e *A Ordem do Discurso* (2006), discutiremos a relação entre o poder e o discurso na construção de quem somos hoje e o porquê de não sermos diferentes. Como se verá, isso se dá a partir de toda uma tecnologia de poder que molda os objetos.

No quarto capítulo, intitulado **Governamentalidade e Neoliberalismo: contribuições na formação de subjetividades**, realizamos um estudo das condições históricas que possibilitaram o aparecimento de um Dispositivo Educacional que tem como funcionalidade a racionalidade neoliberal. Vale lembrar que a história aqui não focará naquela dos grandes feitos, das grandes guerras e das grandes revoluções. Foucault, em seus escritos, não se preocupava com esse tipo de estudo histórico, mas dos acontecimentos sutis que, também, desencadeiam processos de subjetivação. Em suma, caberá, neste capítulo, estudar alguns acontecimentos que fazem fortalecer o neoliberalismo no Brasil, principalmente, durante o governo de Michel Temer, em que se evidenciam diversas reformas impopulares (dentre elas, a reforma do Ensino Médio).

Em nosso quinto capítulo, intitulado **A Emergência Da ECI-PB e o Aparecimento Do Cidadão Protagonista**, propomos descrever o surgimento legal das Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba e analisar os processos de subjetivações do sujeito protagonista evidenciados nos documentos oficiais e publicizados na página oficial da ECIPB. Cabe, aqui, atentarmos para o impacto na formação desse sujeito tido como “protagonista”.

Por fim, no último capítulo, espera-se ter demonstrado a relevância desta pesquisa devido a seu caráter real, social e presente que, por meio de uma abordagem arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, visou analisar enunciados com valor de acontecimento materializados e pulverizados nas redes sociais, criando uma subjetividade discursiva de um sujeito que está presente nos mais diversificados espaços sociais.

2 ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS: CONTRIBUIÇÕES GERAIS PARA ENTENDER A MATERIALIDADE LINGUÍSTICA

Adentrar os Estudos Discursivos Foucaultianos, hoje, requer uma tomada de posição referente às concepções de língua que divergem ou convergem para outras correntes da linguística mais tradicionais. Levando em consideração que o filósofo Michel Foucault não centraliza o estudo da língua como discussão primordial, mas a utiliza como materialidade para análise da construção de subjetividades, de quem somos, finda ainda um querer entender: que língua é essa que usamos quando estamos fazendo um estudo do discurso sob a ótica foucaultiana? Essa inquietação se torna mais evidente quando, em meio a diversos programas de pós-graduação, os estudos do discurso se encontram muito presentes entre os linguistas, porém indo numa direção distinta do que convencionalmente vem se pesquisando a respeito da língua, numa perspectiva metodológica mais formal. Lembrando que se trata de uma naturalidade e que cada linha de investigação segue seu caminho, seu curso.

Essa discussão a respeito das concepções de língua também é de crucial importância, uma vez que, em nosso objeto de pesquisa, fazemos uso da descrição e análise de enunciados materializados na própria língua que, por conseguinte, fornece as regras e estruturas pelas quais o discurso é organizado e regulamentado, produzindo saberes, poderes e subjetividades em uma determinada sociedade e em um determinado tempo histórico.

2.1 DA LÍNGUA, DO ENUNCIADO E DO DISCURSO: DIÁLOGOS E DUELOS

Dialoguemos, então, sobre o conceito de língua partindo do ponto de vista foucaultiano em contraposição ao estruturalismo. As reflexões de Fernandes e Sargentini (2022) debatem e elucidam as ramificações da linguística para o desenvolvimento de noções teóricas e metodológicas que fundamentam as proposições sobre o discurso.

Nos anos 60, momento histórico em que Foucault estava inserido, o método estruturalista mantinha ainda uma influência significativa na Europa, sendo presente nos mais diversos experimentos científicos. O “manual Saussuriano²” dessa corrente, considerado como marco na divulgação da linguística como ciência autônoma, trazia como condição para a

² O *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, foi considerado um marco e influenciou significativamente o desenvolvimento do estruturalismo. O livro é baseado em anotações de aulas ministradas por Saussure na Universidade de Genebra no início do século XX, e ele próprio não chegou a publicá-lo durante sua vida. A obra foi editada por seus alunos e publicada postumamente em 1916.

existência da língua o seu caráter social. Apeguemo-nos a este ponto e partiremos daqui para a nossa discussão.

Após algumas produções de cunho mais histórico, inaugurando obras como *História da Loucura na Idade Clássica* (1961) e *O nascimento da Clínica* (1963), Foucault passa a se aproximar, a partir da segunda metade da década de 1960, dos estudos linguísticos stricto sensu. Publica o texto *As palavras e as coisas* (1966) e recebe críticas de pesquisadores da linguística estruturalista.

Esperava-se que o texto de Foucault trouxesse uma contribuição calcada na lógica tipicamente estrutural entre as palavras (léxico-morfologia) e as coisas (semântica-objeto). Na verdade, o livro abordava a natureza do conhecimento e a história das ciências humanas, questionando as categorias tradicionais do pensamento ocidental e estabelecendo uma análise sobre como as diferentes épocas constroem sistemas de pensamento, classificação e significado, sendo ainda possível destacar as mudanças fundamentais no entendimento do mundo ao longo da história, especialmente nas ciências da vida, linguagem e economia.

Um conceito-chave de Foucault nessa obra foi a ideia de “episteme”, que se refere ao conjunto das relações que unem, em uma determinada época, as práticas discursivas que dão lugar a todas as teorias e conhecimentos. O filósofo passa a examinar diferentes epistemes ao longo dos séculos, destacando transformações nas formas de ver e compreender o mundo.

Após os comentários negativos dos estruturalistas acerca de *As palavras e as coisas* (2001), Foucault se compromete com uma produção acadêmica em prol da explicação da natureza e da delimitação de seu próprio trabalho. No texto *Resposta a uma questão* (1968), o filósofo deixa claro que seu foco de estudo não é a língua, porém, ela é imprescindível para o estudo do discurso.

Evitando que haja confusão entre um projeto de descrição da língua e do discurso, em *A arqueologia do Saber*, Foucault (2009a, p. 30) esclarece:

[...] o material que temos a tratar [...] é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Certamente só podemos estabelecer um sistema linguístico (se não o construímos artificialmente) utilizando um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso [...] uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis - um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos.

Fernandes e Sargentini (2022, p. 58) explicam, a partir dessa afirmação, que a proposta de Foucault se concentra “no projeto de uma descrição e análise dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que se formam, os enunciados”. É a partir da

descrição e análise do sistema que se tornará visível a utilização de um corpo de enunciados, um sistema de enunciados possíveis.

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? [...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro (Foucault, 2009a, p. 30).

Observemos que há um certo consenso na concepção de língua saussuriana no que se refere à dependência de suas estruturas. Todavia, as análises descritivas dessas mesmas estruturas são incapazes de explicar por definitivo os efeitos de eclosão de enunciados. Por mais que esses dependam da língua para a sua existência, as estruturas linguísticas não são as únicas condições para o seu aparecimento. É preciso que saibamos que o enunciado ocorre em meio a um acontecimento discursivo, sendo tarefa do analista descrever e analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que fizeram emergir exatamente esse enunciado e não outro. “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 2009a, p. 56).

Procura-se estudar não apenas o conteúdo explícito dos discursos, mas também as condições sociais, históricas e institucionais que moldam a produção e recepção desses discursos. Para Foucault, interessa-lhe o poder que está embutido nas práticas discursivas e como essas práticas influenciam a forma como pensamos e agimos. Os discursos não são apenas veículos neutros de comunicação, mas estão intrinsecamente ligados ao exercício do poder. Foucault fez uma arqueogenealogia e busca explorar como o poder se manifesta através do controle do discurso, da definição de normas e da criação de categorias que moldam nossas percepções do mundo. Deve-se ir além da simples análise linguística para compreender o papel dos discursos na sociedade. Atentemos para “mais” dos discursos e, assim, podemos investigar as dimensões mais profundas e complexas a serem exploradas além do simples uso de signos para representar objetos ou conceitos.

Vale lembrar ainda que o enunciado e a língua não estão no mesmo plano. O enunciado faz uso da língua como condição de materialidade, levando sempre em consideração estruturas não linguísticas. A língua é “constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma

substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (Foucault, 2009a, p. 114). Nos Estudos Discursivos Foucaultianos, interessa estudar o enunciado como unidade mínima do discurso, pois é a partir dele que se procede a análise.

É evidente que os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e, com ela, um conjunto de signos definidos por seus traços oposicionais e suas regras de utilização; a língua, na verdade, jamais se apresenta em si mesma e em sua totalidade; só poderia sê-lo de uma forma secundária e pelo expediente de uma descrição que a tomaria por objeto; os signos que constituem seus elementos são formas que se impõem aos enunciados e que os regem do interior. Se não houvesse enunciados, a língua não existiria; mas nenhum enunciado é indispensável à existência da língua (e podemos sempre supor, em lugar de qualquer enunciado, um outro enunciado que, nem por isso, modificaria a língua). A língua só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustiva) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência; e não podemos dizer que há enunciados como dizemos que há línguas (Foucault, 2009a, p. 96).

Em suma, Foucault e Saussure chegam a uma conclusão aparentemente³ “comum” ao considerarem o estudo do signo levando em consideração o aspecto social, mas enfatizamos, mais uma vez, que o objeto de análise de Foucault não é a língua. Essa é, tão somente, ferramenta material do enunciado, meio sistemático que possibilita a construção de outros enunciados possíveis. Para distanciar ainda mais o enunciado da língua, Foucault afirmava que ele “não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem” (Foucault, 2009a, p. 99).

Fernandes e Sargentini (2022, p. 60) afirmam que os modos de existência do signo linguístico estão sujeitos aos fatores sociais e históricos correlacionados, incluindo uma função enunciativa determinada por uma posição sujeito. Para tal afirmação, eles trazem, logo em seguida, uma clássica definição foucaultiana do enunciado para diferenciar dos conceitos de língua.

O enunciado não é, pois, uma estrutura [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se podem decidir [...] se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação [...] É essa função que é preciso descrever agora como tal, ou seja, em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza (Foucault, 2009a, p. 98).

Evidencia-se o enunciado como prática intrinsecamente relacionada aos fatores históricos, obedecendo a uma regularidade, mas longe de ser um meio de se obter determinações

³ Ressalta-se este termo para evidenciar, ainda, que até mesmo o signo “social” usado por Saussure não é o mesmo “social” do ponto de vista Foucaultiano. Há diferenças de ordem discursivas e históricas que Saussure não leva em consideração.

de significados previamente estipulados. Joga-se luz sobre esta função enunciativa investigando o seu modo de desencadeamento, meios de circulação e de produção.

Sobre a falta de clareza estabelecida entre as concepções de enunciado e frase, ainda na obra *A Arqueologia do saber*, Foucault (2009a, p. 132) esclarece que “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto [...]. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua [...] a dos enunciados é definida pela própria formação discursiva”.

O enunciado não é, desse modo, uma frase, uma proposição ou uma fala. Ele é um nó em uma rede⁴, ligando-se a outros enunciados e estabelecendo uma formação discursiva a partir do princípio da regularidade enunciativa, fazendo-nos atentar para o seu campo associado, a posição do sujeito que enuncia e os fatores sociais e históricos que envolvem o seu acontecimento.

Cabe entender, a partir dessas reflexões, que, enquanto os estudos do estruturalismo saussuriano se interessavam por descrever a estrutura interna da língua, para os estudos discursivos foucaultianos, deve-se procurar entender os sistemas de dispersão, tonar evidentes as relações de poder que fizeram emergir certos enunciados e não outros.

Fazendo um retorno ao texto *As palavras e as coisas*, inicialmente colocado nesta seção, podemos dizer que não são os signos (as palavras) que determinam os objetos (as coisas), mas as práticas discursivas, as relações sociais e históricas que os formam. Todos os objetos (as coisas) são construídos discursivamente, e a língua é, tão somente, a materialidade que nos permite descrever e analisar os enunciados.

Pensemos, então, que, na análise do discurso, o plano de sentido também se faz em relação a elementos extralinguísticos. Uma frase ou uma oração, entendida como unidade da língua, são incapazes de extrair significações precisas dos objetos. O sujeito que diz “EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA”, como mostrado abaixo no Enunciado 1, não é o mesmo sujeito que vê o significado de “Educação” do Enunciado 2. As posições enunciativas de ambos os sujeitos que aparecem nas imagens são diferentes, embora o signo “educação” seja linguisticamente o mesmo. O referente a quem se dirige o signo também é diferente e é observado por meio da materialidade. Vejamos:

⁴ O texto “O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil”, da professora Maria Cristina Leandro Ferreira, publicado na revista eletrônica *Letras*, em 2003, explica com maior clareza a metáfora da rede discursiva. “A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico, o não-representável” (Ferreira, 2003, p. 44).

Figura 1 - Enunciado 1: Educação não é mercadoria

Fonte: Perfil do Instagram novoensinomediooficial⁵.

No enunciado 1, deduzimos a posição de resistência dos sujeitos ao poder neoliberal vigente. A Reforma do Ensino Médio sancionada pelo Presidente Michel Temer (2016-2019), sem que houvesse discussão com as categorias envolvidas, desencadeou atos de desobediência desses sujeitos, trazendo para si um campo associado aos movimentos sociais que almejam uma desvinculação dos interesses privados dentro da educação pública. Evidencia-se que o significado de “educação” para os sujeitos, aqui, não é o mesmo significado de “educação” para os sujeitos do enunciado 2. Além disso, o referente do enunciado não está mais direcionado ao ex-Presidente Michel Temer, ou aos empresários que consomem a *Revista Forbes*. O enunciado é direcionado aos que fazem uso da educação pública (estudantes, professores, gestores etc.) e para o novo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2027), eleito com um projeto mais popular e menos neoliberal.

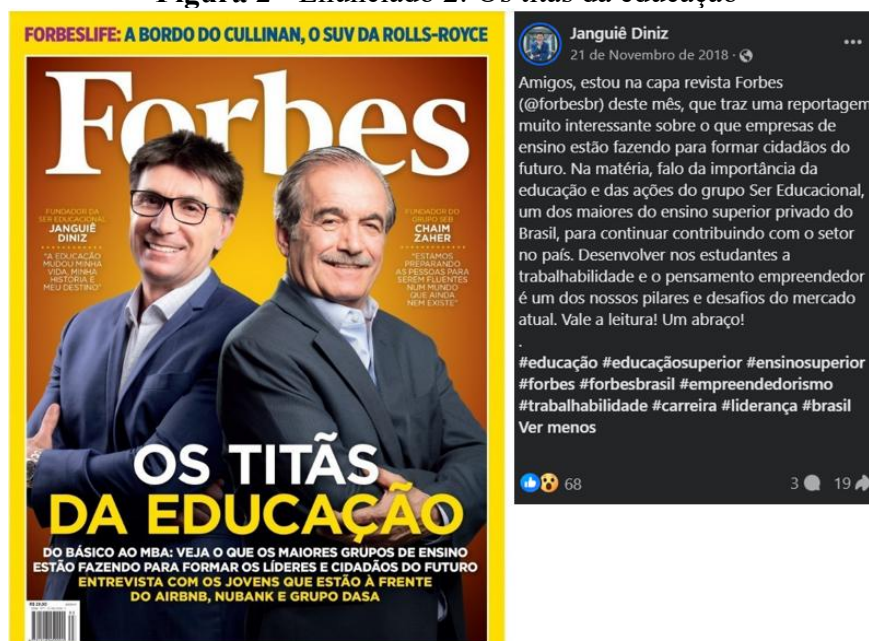
Ainda ao tratar de sujeito do discurso, ele, de forma alguma, deve ser confundido com o sujeito da oração, dado que, na análise do discurso, o sujeito não é uma pessoa que faz algo, mas trata-se da posição a ser ocupada dentro do jogo do discurso. Assim, essa posição-sujeito é ocupada em diversas outras cenas enunciativas, cabendo ao analista a tarefa de descrever a multiplicidade dos enunciados. Em suma, o sujeito não fala por si, mas a partir de uma posição ocupada que lhe permite produzir determinados enunciados. Mesmo sabendo que poderia enunciar outra coisa, a sua história, os campos que o associam e o espaço que o molda regulam suas condutas e seu discurso.

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqlzJoKplA0/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

Agora, observando, ainda no enunciado 1, o sujeito que aparece segurando o Cartaz (gênero muito usado por estudantes), bem como os que lhe cercam: deduzimos que são jovens, tanto pela aparência biológica como também pelo estilo de se vestir: os cabelos de alguns coloridos, outro segurando o skate na mão. Há um cartaz ao fundo em que, mesmo desfocado, ainda é possível ver o enunciado “15M”, em referência ao dia 15 de março de 2023, quando mais de 150 mil estudantes de todo o país se reuniram no Ato Nacional Contra o Novo Ensino Médio, organizado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Observamos que uma das pessoas que fazem parte do ato se veste com uma camisa do time de futebol Flamengo, compreendendo como uma pessoa popular, e outro sujeito usando uma camisa com um enunciado representando punhos fechados, uma referência à luta antirracista americana popularizada pelos *Black Panther Party* (1966), e que logo se tornou demonstração de símbolo de luta e resistência, principalmente de grupos minoritários, em diversos lugares do mundo. As expressões dos sujeitos e os gestos de alguns fazem presumir que o grupo esteja, no momento da fotografia, enunciando palavras de ordem, comum em atos e protestos.

Diferente do efeito de sentido disposto para a palavra educação no enunciado 1, o enunciado 2 propõe outras redes enunciativas. Vejamos:

Figura 2 - Enunciado 2: Os titãs da educação



Fonte: Capa do n. 63, da revista Forbes (2018) (à esquerda); print de post da página do Instagram do empresário Janguê Diniz (2018) (à direita)⁶.

⁶ Disponível em: <https://acesse.one/YsHC9>. Acesso em: 07 nov. 2023.

Na contramão desses sujeitos do enunciado 1, os sujeitos do enunciado 2 aparecem na revista estadunidense de economia e investimentos que tem como uma das finalidades expor (para um público específico que, em geral, não são as classes populares) empresários que fizeram fortuna em diferentes segmentos, e, neste caso em específico, na educação. O campo associado inclui saberes da economia, da administração, da mídia e da própria educação. É uma posição de poder no Brasil, se levarmos em consideração que esses mesmos campos do conhecimento pertencem a um momento histórico de muita efervescência neoliberal, tendo como Presidente da República alguém compromissado com interesses empresariais, Michel Temer. Eis a data do aparecimento deste enunciado 2: 21 de novembro de 2018.

Na descrição da composição da imagem, é importante destacar os braços cruzados das duas personalidades da revista (Janguê Diniz⁷, fundador do grupo Ser Educacional e presidente do Instituto Êxito de Empreendedorismo e da MetaRed X Brasil, (Forbes, 2021); e Chaim Zaher, CEO do SEB, um dos maiores Sistemas de Ensino do Brasil (Forbes, 2019⁸), gesto tipicamente encontrado em fotos de perfis profissionais, além de se ter a presença de um sorriso, demonstrando confiança, já que são denominados “‘titãs’ da educação”, fazendo referência à mitologia grega que designava seres muito poderosos.

As criações de significações se dão a partir de relações discursivas do campo econômico neoliberal. É o discurso que cria o objeto, fazendo uso da língua e de outros elementos que compõem os sentidos do signo. A língua é, tão somente, uma materialidade repetível. Ou seja, o signo “educação” pode ser dito diversas vezes, por diversas pessoas e em diversos momentos históricos da sociedade, mas o que vai atribuir-lhe característica de enunciado é seu acontecimento discursivo; a regularidade que está associada a outros enunciados; a posição do sujeito no tempo e no espaço; o referente para quem se endereça; e os campos de saber-poder que lhe estão associados. Para melhor entendimento sobre as relações de poder que contribuem na construção do sujeito, propomos uma discussão mais ampla sobre esses conceitos no próximo capítulo.

⁷ Informações obtidas pela *Revista Forbes* publicada em 6 de março de 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/06/janguie-diniz-assume-presidencia-de-rede-de-empreendedorismo-universitario/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

⁸ Informações obtidas pela *Revista Forbes* publicada em 6 de março de 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2019/03/chaim-zaher-de-bedel-a-bilionario/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

3 PODER E SABER: NA EMERGÊNCIA DO NOVO ENSINO MÉDIO

Por mais que Michel Foucault seja bem conhecido por suas reflexões acerca do poder, que se diferencia de um modelo autoritário e opressor entre classes dominantes para dominadas, comumente concebidas por algumas escolas marxistas, seu trabalho não pretendia tornar a temática como o fim, mas como um dos meios de se entender a formação de subjetividades. Desse modo, o foco de análise do filósofo sempre foi o sujeito. É, também, o sujeito que nos interessa neste trabalho. É este sujeito chamado de “Cidadão Protagonista”, que é subjetivado por relações discursivas presentes em um dos dispositivos de poder que regula a sociedade: a educação. Que sujeito-aluno é esse que, por pertencer a um novo modelo de educação, o qual surge a partir da reforma do ensino médio no Brasil, o faz ser tão especial e diferente do sujeito-aluno da antiga escola pública regular? Para responder a essas inquietações teremos que, essencialmente, pensar com Foucault sobre as relações de poder que atravessam o sujeito, levando sempre em consideração uma análise crítica da história e de como essa dispersão do poder cria os objetos.

Ao analisar o tema do poder na perspectiva foucaultiana, cabe entender um método que nos desamarra do “*Leviatânismo*”⁹, descentralizando-o de um olhar descendente, de um poder soberano entre instituições estatais, entendidas como opressoras. O que veremos, a partir de agora, é um poder como exercício, como práticas entre os sujeitos nos mais variados espaços, perceptível do nível micro ao macro das relações sociais e responsável por produtividades, seja no campo econômico, psíquico, bélico, enfim, produtor de subjetividades.

No texto *O sujeito e o poder*, Foucault (2009c) aponta para três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos: a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia; a objetivação que os divide e os classifica (loucos e sãos, doentes e saudáveis, o bom aluno e o mau aluno etc.) e, por fim, a objetivação que os torna sujeitos conhecedores de si, conhecedores de sujeitos em sua sexualidade.

Ao pensarmos sobre a nossa subjetividade, sobre quem somos hoje, refletimos sobre os elementos que nos compõem enquanto isto: matéria viva, com certos comportamentos

⁹ O “*Leviatã*”, de Thomas Hobbes, é uma obra seminal da filosofia política que reflete a visão do autor sobre a natureza humana e a organização social. Publicado em 1651, durante um período tumultuado na Inglaterra, o livro argumenta que, na ausência de um governo forte e centralizado, a vida humana seria caracterizada pelo “estado de natureza”, marcado pelo caos e conflito. Hobbes propõe a criação de um soberano absoluto, o *Leviatã*, para impor a ordem e garantir a segurança. Ele justifica essa autoridade soberana como um contrato social necessário, onde os indivíduos abdicam de certas liberdades em troca de proteção e estabilidade. O *Leviatã* representa a autoridade política capaz de subjugar as paixões humanas e manter a coesão social, conforme delineado na perspectiva política e filosófica única de Hobbes. (Hobbes, 1983).

regulares. Consequentemente, a nossa história tem um fator importante, não só a história linear de nossa vida, mas a história que envolve todas as produções de instituições, de regras, de proposições filosóficas e morais, de leis, enfim, de tudo. Em outras palavras, nossas condutas e nossa formação de subjetividade estão contidas em um *a priori* histórico. Um certo “determinismo discursivo” criando qualquer enunciado a partir de um ponto pré-existente, pois existe uma lei que regula toda a produção de discurso, toda a possibilidade de dizer a partir de um já dito ou até mesmo de uma possibilidade de negar o dito. Tudo dentro de uma margem alcançada pela teia discursiva.

Aquilo que Foucault (2010) classifica como *a priori* histórico, Veyne (2011) denomina didaticamente como um aquário. Isso implica compreender que todos os discursos, todas as formas de expressão, ser e pensamento estão contidos nesse aquário. Para Veyne (2011, p. 32), é onde “estamos sempre presos [...] e cujas paredes nem nos apercebemos”. Nesse sentido, pensemos na impossibilidade de estarmos livres do jogo discursivo que nos subjetiva.

Sáimos de nosso aquário provisório sob a pressão de novos acontecimentos do momento ou ainda porque um homem inventou um novo discurso e obteve sucesso. Mas se mudamos, então, de aquário, é para nos vermos em outro aquário. Esse aquário ou discurso é, em suma, o que poderíamos chamar de *a priori* histórico (Veyne, 2011, p. 49).

Assim, o *a priori* histórico, para Foucault, trata-se das regularidades que tornam historicamente possível os enunciados. Passemos a pensar o que regula os discursos, como são determinadas as regras de convivência ou os processos de interdição que autorizam uma certa conduta ser aceita como verdadeira ou intolerável em dada época ou sociedade. Já trazendo para o nosso objeto de investigação, reflitamos: como ocorre a aceitação da objetificação do corpo produtivo neoliberal como um “Cidadão Protagonista”? Isto tem a ver com as relações de poder e com as técnicas de controle cada vez mais sofisticadas desenvolvidas por governos como tática de controle econômico e administrativo dos corpos de indivíduos.

3.1 O SUJEITO, O PODER E A RESISTÊNCIA: PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO

Foucault (2009c) pretende, para que seja feito um estudo a respeito das relações de poder, investigar as práticas de resistência como um catalisador químico, possibilitando uma análise do poder por meio do antagonismo das estratégias. Ao observamos os sujeitos que desobedecem à nova ordem de funcionamento do dispositivo escolar, por exemplo, que saem às ruas com cartazes, punhos cerrados, megafones, palavras de ordem, bandeiras e camisas identificadas como uma categoria de resistência (ver abaixo o enunciado 3), podemos analisar

um tipo de luta que se opõe aos modos de dominação e legitima o direito desses sujeitos de serem diferentes:

[...] todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos. Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder (Foucault, 2009c, p. 235).

Essa modalidade de poder se manifesta na vida cotidiana imediata, categorizando o indivíduo, imprimindo-lhe sua singularidade, vinculando-o à sua própria identidade e impondo-lhe uma norma de verdade que deve ser reconhecida por ele e pelos outros. Trata-se de um tipo de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. E aqui, a palavra “sujeito” possui, segundo Foucault (2009c), dois significados: sujeito àquilo que vem da sujeição ao outro pelo controle e dependência; e um sujeito que está preso à sua própria identidade, uma consciência e um autoconhecimento. Em todo caso, refere-se a um tipo de sujeito em estado de “sujeitos a”.

Em geral, é possível categorizar as lutas em três tipos distintos: aquela que visa combater as diversas formas de dominação, seja ela étnica, social ou religiosa; aquela que se volta contra as modalidades de exploração dos indivíduos dentro de um sistema de produção; e, por fim, aquela que tem como objetivo desafiar as forças que vinculam o indivíduo a si mesmo, subjugando-o às influências externas. Essas últimas envolvem resistência à sujeição, repúdio às formas de subjetivação e rejeição à submissão.

Figura 3 - Enunciado 3: A luta por quem somos



Fonte: Perfil oficial da UBES no Instagram¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <https://encurtador.com.br/jqUY9>. Acesso em: 08 nov. 2023. Algumas das publicações podem não estar mais disponíveis nas páginas do Instagram.

O enunciado 3, intitulado aqui como “a luta por quem somos”, foi catalogado da página oficial do Instagram da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), uma entidade estudantil brasileira que representa os interesses dos estudantes do ensino médio no país. Essa instituição foi fundada em 1948 e desempenha, segundo sua autobiografia¹¹, um papel significativo na defesa dos direitos dos estudantes secundaristas, buscando melhorias na qualidade da educação, lutando por condições adequadas nas escolas e promovendo a participação ativa dos jovens na sociedade (UBES, 2024).

A UBES realiza ações voltadas para o fortalecimento do movimento estudantil, mobilizando os estudantes em questões relacionadas à educação, cultura e políticas públicas. Além disso, a entidade atua como porta-voz dos estudantes secundaristas em debates nacionais sobre temas educacionais e sociais. Nos últimos anos, vem se colocando como oposição à Reforma do Ensino Médio, reivindicando aos governos a ampla revogação desse dispositivo Escolar.

No enunciado apresentado, observamos manifestação de estudantes na capital do Brasil. Ao fundo da imagem, encontramos o Congresso Nacional, símbolo do poder legislativo. Sabe-se que as capitais dos estados conferem atributos de poder por diversos motivos, entre os quais é possível destacar a forte representação nacional, uma vez que a capital, muitas vezes, é vista como o coração simbólico de um país ou Estado. Ela representa a unidade nacional e serve como um ponto de referência para a identidade coletiva. As principais instituições governamentais, como a sede do governo, parlamento e órgãos administrativos, geralmente, estão localizadas na capital. Essa concentração de instituições de poder reforça a importância do local como um centro de tomada de decisões. Muitas capitais têm uma longa história e são enraizadas em tradições culturais e políticas. O peso histórico desses lugares contribui para a percepção de poder associada a eles, além de, frequentemente, abrigar símbolos nacionais e monumentos importantes que representam a história e os valores do país. Isso reforça a ideia de que a capital é o epicentro da identidade nacional, com localização estratégica e forte influência no desenvolvimento econômico do Estado ou do país.

As lutas e as ocupações desses espaços por adversários do governo são demonstrações de resistência e domínio. Basta lembrarmos a regularidade do Exército Soviético, ao estender a bandeira da vitória no *Reichstag*, na capital da Alemanha, no dia 2 de maio de 1945. Esse acontecimento simbólico marcou o final da Batalha de Berlim, um dos últimos confrontos significativos na Frente Oriental da Segunda Guerra Mundial. A ação simbolizou a conquista

¹¹ Informações coletadas no site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Disponível em: <https://www.ubes.org.br/category/historia-da-ubes/>. Acesso em: 04 jan. 2024.

da capital alemã pelas forças aliadas soviéticas e representou um momento crucial na queda do Terceiro Reich nazista. A bandeira soviética foi içada sobre o Reichstag como um símbolo da vitória sobre a Alemanha nazista e a iminente derrota do regime de Adolf Hitler.

Figura 4 - Regularidade 1 ao Enunciado 3: A bandeira da vitória



Fonte: Foto de Evgueni Khaldei registrando a tomada do Reichstag pelas tropas soviéticas¹².

Ainda a respeito do enunciado 3, podemos destacar outra regularidade: os punhos cerrados dos estudantes, que nos remetem ao Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (*Black Panther Party for Self-Defense*), cuja breve história de fundação já foi tratada aqui no capítulo anterior. Sua principal missão consistia em combater a brutalidade policial e o racismo sistêmico, especialmente no tratamento da comunidade afro-americana. O gesto dos punhos cerrados é uma representação de luta, resistência, solidariedade e unidade, além de ser um enunciado internacionalmente reconhecido de luta por justiça e igualdade. Para os Panteras Negras, esse gesto tinha um significado específico e poderoso e, atualmente, ele continua se pulverizando por organizações sociais e ainda é símbolo de luta e resistência de grupo minoritários.

¹² Disponível em: <https://encurtador.com.br/hyFK9>. Acesso em: 04 jan. 2024.

Figura 5 - Regularidade 2 ao enunciado 3: Punhos cerrados é Luta e Resistência



Fonte: Steven Kasher Gallery¹³.

A faixa segurada pelos estudantes, no enunciado 3, traz o motivo da luta para esses indivíduos – “Educação não se vende, se defende” –, expressando uma perspectiva crítica em relação à mercantilização da educação, e pode ser compreendido como um apelo à valorização e preservação do caráter público e acessível desse setor. Enquanto na revista Forbes, citada anteriormente, há um discurso de venda da educação, lugar de lucro, aqui há um lugar que luta pela igualdade, luta por direito “intrínseco” e constitucional. Sobre a mercantilização da educação, entende-se que o grupo expressa resistência à ideia de que a educação deva ser tratada como uma mercadoria, sujeita às leis do mercado. Nos contextos neoliberais, muitas vezes, são promovidas políticas voltadas para a privatização e comercialização de serviços públicos, incluindo a educação. O enunciado sugere uma oposição a esse tipo de abordagem, enfatizando a importância de proteger a educação como um bem social.

A afirmação “se defende” destaca a necessidade de proteger a educação como um direito básico e universal, não apenas como um produto a ser comercializado. Isso está alinhado com a visão de que a educação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e para a promoção da igualdade de oportunidades. Podemos trazer aqui como regularidade deste enunciado a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, que, em seu art. 26, assegura:

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

¹³ Os punhos cerrados são um símbolo associado aos Panteras Negras e Movimento Panteras Negras. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cdrE3>. Acesso em: 4 jun. 2024.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos. (ONU, 1948, grifo nosso).

No contexto neoliberal, políticas que visam reduzir o papel do Estado na oferta de serviços públicos, incluindo a educação, podem levar a cortes orçamentários, privatização de instituições educacionais e aumento das desigualdades de acesso. O enunciado sugere uma resistência a essas mudanças, enfatizando a importância de proteger a natureza pública e acessível da educação, também prevista na própria Constituição Federal:

Art. 205. **A educação, direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC n. 19/98 e EC n. 53/2006)

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – **gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais**;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Brasil, 2010, grifo nosso).

A prevalência desse tipo de luta em nossa sociedade, que envolve resistência à sujeição, repúdio às formas de subjetivação e rejeição à submissão decorre do desenvolvimento contínuo, desde o século XVI, uma nova forma política de poder, que todos reconhecem como o Estado. No entanto, frequentemente, o Estado é percebido como uma entidade política que negligencia os interesses individuais, concentrando-se predominantemente nas necessidades da coletividade ou, mais especificamente, de uma classe ou grupo específico dentro da comunidade de cidadãos. Tal concepção não está errada, todavia, o Estado se encarrega de proporcionar um modo de operacionalização do poder que tanto individualiza os indivíduos, como também se encarrega de realizar uma forma de poder mais totalizadora. Este feito se deu a partir do momento em que o Estado integralizou, na sua forma política, uma antiga tecnologia de poder presente nas instituições cristãs conhecida como poder pastoral. O Cristianismo, religião que se organizou enquanto igreja, possui um *status* de poder que confere a certos indivíduos a possibilidade de

receberem o título de pastores, e, sobre essa forma típica de poder pastoral, poderemos entendê-la como:

[...] uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo.

O poder pastoral não é apenas uma forma de poder que comanda; deve também estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. Portanto, é diferente do poder real que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono.

É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida.

Finalmente, esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la. (Foucault, 2009c, p. 237).

Embora o Poder Pastoral tenha demonstrado uma eficiência nítida durante a Idade Média, a partir do século XVIII, vem perdendo as suas principais características, primeiro pelo avanço do iluminismo, desencadeando uma nova corrente filosófica e descentralizando o poder da Igreja como forma de coerção ou até mesmo de suplícios aos corpos dos sujeitos; e, em segundo momento, devido às readaptações dessa tecnologia de poder por outras instituições, de acordo com as suas específicas necessidades políticas e econômicas. Surge, a partir de então, o Novo Estado, com um Novo Poder Pastoral.

Foucault (2009c) esclarece que essa nova tecnologia de poder propõe a salvação do indivíduo não mais como sendo algo relacionado ao pós-morte, mas, antes de tudo, a salvação do indivíduo enquanto ser vivo, saudável e útil neste plano. Nesse caso, incumbiam-se as instituições, como a polícia, do poder pastoral para manter não só a lei e a ordem, como também de garantir certos padrões urbanos exigidos pelo Estado.

Nessa questão de reformulação do Estado e do novo poder pastoral ocorrida em meados do século XVIII, o filósofo ainda relembra o texto “*Was heißt aufklären?*” (O que é Iluminismo?), de Immanuel Kant, publicado em dezembro de 1784 na revista *Berlinische Monatsschrift* (Revista Mensal de Berlim), como sendo um acontecimento discursivo “que marca uma forma de a investigação, não apenas do sistema metafísico ou dos fundamentos do conhecimento científico, mas um acontecimento histórico – um acontecimento recente e até mesmo contemporâneo” (Foucault, 2009c, p. 239). Eis aí um modo de pensar o sujeito hoje levando em consideração seu passado, como propõe o método arqueogenealógico dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

Sobre esse método de que aqui fazemos uso, relembremos a entrevista da Professora Maria do Rosário Gregolin (2022), ao tratar a arqueogenealogia como uma abordagem para compreender a existência e emergência dos discursos, direcionando a história de maneira

crítica, visando capacitá-la para resistência e confronto. Através da prática arqueológica, é possível conectar os discursos aos eventos históricos, desvendar as tramas que os entrelaçam, revelando o que encobrem e elucidando os elementos que levam à concretização de ações e pensamentos em determinado momento histórico. Simultaneamente, pela genealogia, não se busca deduzir o que é impossível realizar ou conhecer, mas perceber, na contingência do que somos, a possibilidade de não mais existir, agir ou pensar da mesma forma. Assim, a crítica ao presente é uma provocação ao momento atual, constituindo um exercício de liberdade através de um trabalho incessante que envolve a necessária indocilidade reflexiva. A recusa ao que somos e fazemos requer, portanto, uma abordagem indócil da história, um retorno a ela para questionar o presente. Sobre esse exercício reflexivo e também filosófico, Foucault (2009c) pontua que:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (p. 239).

Quem sou eu, hoje, como indivíduo que faz parte deste sistema econômico neoliberal? Essa reflexão propõe entender, como já falado antes, a nossa subjetividade e, além disso, tenta nos mostrar as possibilidades de sermos diferentes a partir de uma sociedade que, assim como qualquer outra, tem sua produção de discurso “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2006, p. 9).

Para pensarmos no exercício do poder como regulador de discursos e subjetividades, temos que entender a abordagem adotada por Foucault em suas análises sobre a temática. Ao privilegiar a problemática do “como” o poder se exerce, não deve haver um entendimento de exclusão do “quê” e do “porquê”. Aqui, levanta-se a suspeita de que o termo “poder” pode não ser uma entidade única e coesa, mas algo mais complexo e multifacetado, o que nos leva a uma desconfiança em relação à abordagem que busca definir o poder (o que é) e identificar sua origem (de onde vem), partindo para um questionamento mais direto e empírico, perguntando como as coisas acontecem. A escolha de começar com a pergunta “Como isso acontece?” não é uma tentativa de denunciar uma “metafísica” ou uma “ontologia” do poder, mas uma maneira de iniciar uma investigação crítica sobre esse tema. Assim, o filósofo esclarece:

Deste ‘poder’ é necessário distinguir, primeiramente, aquele que exercemos sobre as coisas e que dá a capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las – um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais. Digamos que, neste caso, trata-se de ‘capacidade’. O que caracteriza, por outro lado, ‘poder’ que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, e apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros. O termo ‘poder’ designa relações entre ‘parceiros’ (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras (Foucault, 2009c, p. 240).

Cabe, aqui, propor uma distinção entre o agir sobre coisas (capacidade) e as relações de poder entre indivíduos ou grupos. Enfatiza-se que, ao analisar o poder nas esferas das leis, instituições e ideologias, é fundamental reconhecer que ele se manifesta nas interações entre diferentes atores, em vez de ser uma força isolada. O autor, conseqüentemente, realiza uma exploração que distingue as relações de poder das relações de comunicação, bem como das chamadas capacidades objetivas.

Sobre as primeiras, Foucault (2009c) destaca que as relações de poder não devem ser confundidas com as relações de comunicação ou com as capacidades objetivas. Ele enfatiza que as relações de poder têm sua especificidade. Mesmo que possam envolver comunicação e capacidades objetivas, elas não são simplesmente um aspecto destas. Sobre as segundas, Foucault diferencia as relações de comunicação das relações de poder, argumentando que, embora a comunicação envolva uma certa forma de agir sobre os outros, a produção e a circulação de elementos significantes podem ter objetivos ou conseqüências que vão além da simples comunicação. Os efeitos de poder podem estar envolvidos na comunicação, mas isso não é tudo o que a comunicação implica.

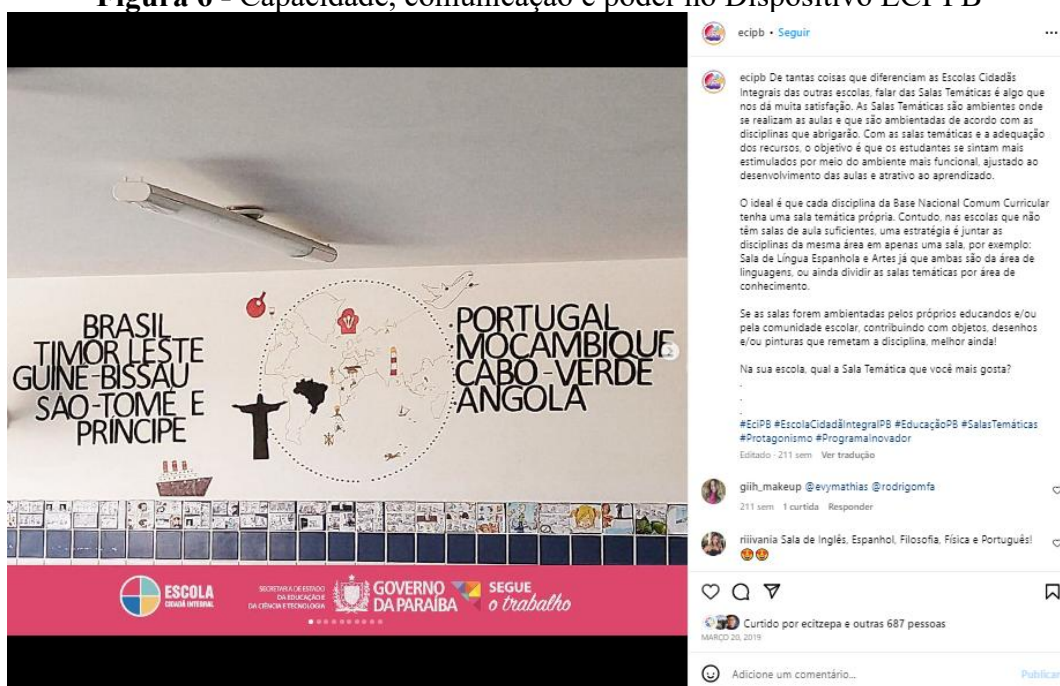
As capacidades objetivas referem-se à capacidade de agir sobre coisas, à técnica finalizada, ao trabalho e à transformação do real. Foucault (2009c) destaca que essas capacidades objetivas não devem ser confundidas com as relações de poder ou com as relações de comunicação, embora esses três tipos de relações estejam imbricados uns nos outros, apoiando-se reciprocamente e servindo-se mutuamente como instrumento. As relações de poder se exercem através da produção e da troca de signos, sendo essas relações dissociáveis das atividades finalizadas, como as técnicas de adestramento, procedimentos de dominação e maneiras de obter obediência.

Vale lembrar que a coordenação entre as atividades finalizadas, sistemas de comunicação e relações de poder não é uniforme nem constante em uma sociedade dada. Não há um equilíbrio geral predefinido entre esses elementos, mas várias formas e lugares onde as

inter-relações ocorrem em padrões específicos. Foucault (2009c, p. 241) menciona a existência de “blocos” nos quais o ajuste das capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulados e concordes. Esses “blocos” representam contextos específicos nos quais esses três tipos de relações se organizam de maneira coordenada. Como forma de ilustrar bem essa ideia, toma-se como exemplo a instituição escolar. Observemos nela como a organização espacial, regulamentos internos, atividades organizadas e diferentes papéis desempenhados pelos membros da escola formam um “bloco” de coordenação entre capacidade, comunicação e poder, fazendo-nos refletir sobre como a atividade de aprendizado e a aquisição de habilidades na instituição escolar ocorrem por meio de comunicações reguladas, como lições, perguntas e respostas, ordens, exortações e signos codificados de obediência.

Além disso, ele destaca a presença de procedimentos de poder, como enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, formando uma estrutura hierárquica. Vejamos com isso acontece no enunciado da figura que segue:

Figura 6 - Capacidade, comunicação e poder no Dispositivo ECI-PB



Fonte: Perfil ecipb no Instagram¹⁴.

O enunciado acima foi encontrado na página oficial da Escola Cidadã Integral do Estado da Paraíba, publicado no dia 20 de março de 2019. Possui uma fotografia de uma pintura de

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BvPvjX8gz5a/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

mapa e símbolos de nações que usam a língua portuguesa como idioma oficial. Uma forma de usar a comunicação como capacidade de exercer o poder sobre os corpos e a mente dos sujeitos.

De acordo com Foucault (1979) os modos de subjetivação estão ligados aos discursos que moldam os sujeitos por meio de práticas e relações de poder. O enunciado exposto, enquanto parte de um ambiente escolar, atua como uma ferramenta discursiva que conecta a identidade dos sujeitos (alunos, professores e comunidade escolar) a uma narrativa histórica e cultural comum. Essa narrativa enfatiza as relações entre países de língua portuguesa, implicando uma identificação coletiva que atravessa fronteiras geográficas e culturais.

A comunicação visual na forma de grafite (ou pintura mural) age, aqui, como um dispositivo pedagógico e estético. Ela possui o objetivo de criar impacto visual e emocional, reforçando uma mensagem culturalmente significativa. No caso, o uso de elementos gráficos como o mapa, símbolos culturais (Cristo Redentor, caravelas) e nomes de países promove um sentimento de pertencimento e valorização da lusofonia.

Os objetivos dessa escolha de enunciados ressaltam a conexão histórica e cultural entre os países falantes da mesma língua; promovem, ainda, o reconhecimento da diversidade e da interculturalidade; consolida valores de cidadania global, almejando que os alunos reconheçam sua identidade enquanto pertencentes a uma comunidade mais ampla.

Entende-se ainda a técnica de comunicação aqui usada, ressaltando um enunciado (grafite) como técnica de poder e subjetivação. O grafite, enquanto prática cultural, carrega uma história de resistência, expressão juvenil e contestação de poder. Aqui, ele é ressignificado como um instrumento pedagógico, usado pelo poder institucional (a escola e o governo) para educar e moldar subjetividades. Essa apropriação do grafite reflete o que Foucault (2009) chama de “técnicas de poder”, em que práticas culturais são incorporadas em estratégias institucionais para governar condutas.

No quadro abaixo, segue a legenda da postagem do enunciado apresentado.

Legenda da Figura 6: capacidade, comunicação e poder no Dispositivo ECI-PB
De tantas coisas que diferenciam as Escolas Cidadãs Integrais das outras escolas, falar das Salas Temáticas é algo que nos dá muita satisfação. As Salas Temáticas são ambientes onde se realizam as aulas e que são ambientadas de acordo com as disciplinas que abrigarão. Com as salas temáticas e a adequação dos recursos, o objetivo é que os estudantes se sintam mais estimulados por meio do ambiente mais funcional, ajustado ao desenvolvimento das aulas e atrativo ao aprendizado.

O ideal é que cada disciplina da Base Nacional Comum Curricular tenha uma sala temática própria.

Contudo, nas escolas que não têm salas de aula suficientes, uma estratégia é juntar as disciplinas da mesma área em apenas uma sala, por exemplo: Sala de Língua Espanhola e Artes já que ambas são da área de linguagens, ou ainda dividir as salas temáticas por área de conhecimento.

Se as salas forem ambientadas pelos próprios educandos e/ou pela comunidade escolar, contribuindo com objetos, desenhos e/ou pinturas que remetam a disciplina, melhor ainda!

Na sua escola, qual a Sala Temática que você mais gosta?

Foucault (2009c) introduz o conceito de “disciplinas” e, em seguida, explora como esses blocos nos quais a aplicação de capacidades técnicas, o jogo das comunicações e as relações de poder estão ajustados uns aos outros) podem ser compreendidos. Destaca-se o interesse do filósofo pela análise empírica das disciplinas, por fornecer esquemas artificialmente claros e decantados que revelam como os sistemas de finalidade objetiva, comunicações e poder podem se articular uns sobre os outros.

Estes blocos onde a aplicação de capacidades técnicas, o jogo das comunicações e as relações de poder estão ajustados uns aos outros, segundo fórmulas refletidas, constituem aquilo que podemos chamar, alargando um pouco o sentido da palavra, de ‘disciplinas’. A análise empírica de certas disciplinas – de sua constituição histórica – apresenta, por isto mesmo, um certo interesse. Primeiramente, porque as disciplinas mostram, segundo esquemas artificialmente claros e decantados, a maneira pela qual os sistemas de finalidade objetiva, de comunicações e de poder podem se articular uns sobre os outros. Porque eles mostram também diferentes modelos de articulação ora com proeminência das relações de poder e de obediência (como nas disciplinas de tipo monástico ou de tipo penitenciário), ora com proeminência das atividades finalizadas (como nas disciplinas das oficinas ou dos hospitais); ora com a proeminência das relações de comunicação (como nas disciplinas de aprendizagem); como também com uma saturação dos três tipos de relação (como talvez na disciplina militar, onde uma pletora de signos marca, até a redundância, relações de poder fechadas e cuidadosamente calculadas para proporcionar um certo número de efeitos técnicos). (Foucault, 2009c, p. 242).

A análise dessas disciplinas proporciona uma compreensão mais clara de como esses elementos fundamentais da sociedade se inter-relacionam em diferentes contextos. Lembrando que aquilo que se deve compreender como disciplinarização dos corpos dos sujeitos ou de uma sociedade, a partir do século XVIII, não deve exprimir a ideia de que os corpos estarão em um nível de controle total de alguém ou de um Estado, de forma a serem corpos robotizados. Longe disso. Até porque todo o poder se cruza com relações de resistência sendo, como já falado

brevemente (e pretendemos abordar de forma mais ampla no capítulo seguinte), essa luta entre poder-resistência que possibilita os processos de subjetividades.

4 GOVERNAMENTALIDADE E NEOLIBERALISMO: CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES

No âmbito da compreensão do neoliberalismo na educação, propomos, agora, a uma arqueogenealogia, explorando as raízes históricas e os desdobramentos discursivos dessa corrente econômica. Inspirado nas análises de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), conforme apresentada na obra *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal* o objetivo é lançar luz sobre a construção e consolidação do neoliberalismo na esfera educacional.

Para compreender uma breve arqueologia dessa corrente, é essencial traçar a história serial do sistema econômico neoliberal. Examinam-se discursos de líderes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, cujos pronunciamentos e ações desempenharam um papel crucial na disseminação dessas ideias no cenário global. Adentrando o contexto brasileiro, destaca-se a atuação de figuras como os ex-presidentes Fernando Collor (1990-1992) e Michel Temer (2016-2018), este último, notório por reformas significativas, incluindo a da previdência, a trabalhista e a do ensino médio.

A reforma do ensino médio, promovida por Michel Temer, ganha destaque como um terreno fértil para a implantação de uma pedagogia neoliberal. Tal abordagem incentiva a formação de um sujeito-aluno orientado pelos princípios do neoliberalismo, como flexibilidade, competição e empreendedorismo. Essa governamentalidade, conforme analisada por Michel Foucault, revela-se como uma técnica de poder que busca moldar a subjetividade dos indivíduos em conformidade com os preceitos neoliberais.

Contudo, as ações impopulares de Temer na reforma do ensino médio não passaram despercebidas. Estudantes e professores reagiram vigorosamente, manifestando-se contra as propostas. Essa resistência, à luz das teorias de Grós (2018) e Foucault (1987), configura-se como uma educação da resistência. Dessa maneira, este capítulo pretende explorar os eventos históricos e discursivos que moldaram a presença do neoliberalismo na educação, bem como os desafios e resistências que emergiram frente a essa influência econômica na constituição do Dispositivo Escola Cidadã Integral do Estado da Paraíba.

4.1 GOVERNAMENTALIDADE E NEOLIBERALISMO: BASE CONCEITUAL

A análise da relação entre governamentalidade e neoliberalismo no contexto educacional, com base em autores como Pierre Dardot e Christian Laval (2016), permite compreender como a educação atua como um dispositivo central na formação de subjetividades

adaptadas às lógicas do mercado e da produtividade. Esse enfoque demanda uma arqueogenealogia, ou seja, uma investigação histórica e discursiva das condições de emergência e consolidação do neoliberalismo enquanto racionalidade política e econômica, bem como sua inserção no campo educacional.

A tese defendida por Dardot e Laval (2016, p. 17) é precisamente que:

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.

Em outras palavras, o neoliberalismo é uma forma específica de racionalidade que rege o capitalismo contemporâneo. Não é apenas uma vertente econômica do capitalismo, mas uma lógica mais ampla que se aplica a todas as dimensões da vida. Essa “racionalidade” não deve ser vista como um simples eufemismo para capitalismo, mas como uma construção histórica que reflete a evolução desse sistema econômico em direção a um modelo mais “puro”, ou seja, livre de elementos tradicionais ou antigos que antes influenciavam sua forma. Ele segue se estruturando em torno do princípio da concorrência, que se torna uma espécie de norma universal para orientar comportamentos, relações e estruturas sociais. Esse modelo influencia não apenas as políticas econômicas e governamentais, mas também a maneira como as pessoas vivem e se percebem. A concorrência, como regra central, transforma indivíduos e instituições em agentes que devem se adaptar a essa lógica, seja no mercado de trabalho, na educação, nas relações sociais ou até mesmo na forma de lidar com suas próprias vidas.

Ao falar em “racionalidade política”, lembremos que esse conceito, elaborado por Foucault em *O Nascimento da Biopolítica* (2008b), diz respeito a uma relação com a ‘governamentalidade’, que se refere a formas de pensamento e prática que fundamentam a condução das populações. Nesse contexto, a “racionalidade governamental” não é apenas uma estratégia técnica de gestão, mas um conjunto de lógicas que organiza e justifica o exercício do poder sobre os indivíduos, moldando sua conduta e promovendo um tipo de governança que abrange múltiplas dimensões: econômica, social e cultural.

O termo ‘governamentalidade’ foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los. É certo que o governo, longe de remeter à disciplina para alcançar o mais íntimo do indivíduo, visa na verdade a obter um autogoverno do indivíduo, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo. Em 1982, Foucault dirá que se interessa cada vez mais pelo ‘modo de ação que um indivíduo exerce sobre si mesmo por meio das técnicas de si’, a ponto de ampliar sua primeira concepção de governamentalidade,

excessivamente centrada nas técnicas de exercício do poder sobre os outros: ‘Chamo de ‘governamentalidade’ o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si’ (Dardot; Laval, 2016, p. 18).

Em 1978, nas aulas ministradas no Collège de France, Foucault analisa uma mudança significativa que ocorreu entre o final do século XVI e o início do século XVII. Essa transformação marca a transição de uma prática de governar inspirada nos valores morais medievais – que privilegiavam virtudes como sabedoria, justiça, devoção a Deus, além de princípios de moderação como prudência e reflexão – para uma nova concepção de governança fundamentada na racionalidade estatal. Foucault chama essa nova abordagem de “governamentalidade”, destacando que ela se estrutura a partir do funcionamento do Estado. A “razão de Estado”, nesse contexto, não representa uma ruptura total com as normas anteriores, mas sim a emergência de um novo modelo racional, desvinculado tanto da figura do soberano justo quanto da visão maquiavélica do Príncipe.

Por essa palavra ‘governamentalidade’, eu quero dizer três coisas. Por governamentalidade, eu entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade, entendo a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente durante muito tempo, à preeminência desse tipo de poder se pode chamar de ‘governo’ sobre os outros - soberania, disciplina, etc. [...]. Enfim, por governamentalidade, eu creio que seria preciso entender o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XVI e XVII Estado administrativo, foi pouco a pouco ‘governamentalizado’ (Foucault, 2008, p. 143-144).

Segundo o texto *Segurança, Território e população* (Foucault, 1997, p. 841), a governamentalidade moderna, associada à ideia de razão de Estado, é sustentada por dois elementos principais: uma abordagem técnico-militar e uma tecnologia política que se concentra na organização social e econômica. Esses dois componentes se cruzam no comércio e na circulação internacional de moedas, aspectos essenciais para a formação dessa nova lógica de governança. A partir do comércio, que gera enriquecimento, espera-se o aumento da população, o crescimento da força de trabalho, o incremento na produção e nas exportações, e o fortalecimento das forças armadas. Durante o período do mercantilismo e da “cameralística¹⁵”, esse vínculo entre riqueza e população passou a ser o centro da nova

¹⁵O Cameralismo, representava uma espécie de “tecnologia administrativa” em que suas técnicas e teorias foram desenvolvidas e sistematizadas na Alemanha entre meados do Século XVI e finais do século XVIII. Para saber mais sobre a técnica econômica, vale a leitura do texto de OLIVEIRA, Flávio. O Cameralismo e os fundamentos da Ciência do Estado nos escritos de Seckendorf, Justi e Sonnenfels. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e25602. ISSN: 2525-8036.

racionalidade governamental, servindo como base para o surgimento da “economia política”, um campo de estudo e prática que se consolidaria nos séculos seguintes.

Com o avanço da governamentalidade moderna, o foco do poder deixa de ser apenas o controle de uma população, entendida como um conjunto de sujeitos dentro de um território, para se tornar uma gestão mais sofisticada da vida individual. Foucault (2008b) descreve esse processo como biopolítica, em que a atenção se volta não apenas para a população de forma geral, mas também para os métodos de controle das ações individuais. Aqui, a ênfase está no modo como os indivíduos se relacionam consigo mesmos e com os outros, dentro das possibilidades de liberdade que lhes são permitidas.

As tecnologias de governança, portanto, se ampliam, envolvendo não apenas a administração da população, mas também a regulação das relações familiares e das instituições, que têm um papel central na transformação dos sujeitos. A análise de Foucault busca, assim, compreender como o poder sobre os outros se interconecta com o poder sobre si, o que revela uma mudança profunda nas formas de exercer o poder, especialmente por meio da educação e das normas sociais que moldam as interações humanas.

No neoliberalismo, essa governamentalidade assume uma nova forma: ela não se limita a regular a sociedade por meio do Estado, mas promove a ideia de que os indivíduos devem ser agentes autônomos e responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo se constitui como uma “razão do mundo”, um paradigma que organiza não apenas a economia, mas também as subjetividades, transformando as pessoas em empreendedoras de si mesmas.

No campo educacional, isso se traduz em políticas que promovem a competitividade, a meritocracia e a formação de indivíduos orientados pelas demandas do mercado. A educação deixa de ser concebida como um direito universal e passa a ser tratada como um investimento pessoal, cujo retorno se mede em termos de empregabilidade e produtividade.

4.2 CARTOGRAFANDO ALGUNS ACONTECIMENTOS NEOLIBERAIS

Para compreender a emergência do neoliberalismo, é necessário traçar suas raízes históricas. Discursos e práticas promovidos por líderes como Margaret Thatcher (1925-2013) e Ronald Reagan (1911-2004), nas décadas de 1980, foram fundamentais na disseminação dessa racionalidade econômica e política. Ambos implementaram reformas que reduziram o papel do Estado no bem-estar social e enfatizaram a desregulamentação, a privatização e a austeridade

fiscal. Essas reformas incluíram cortes significativos em setores como a educação, o que abriu espaço para a introdução de lógicas de mercado nesse campo.

Partimos, assim, para o acontecimento discursivo que inicia nosso mapeamento pelo neoliberalismo com a célebre frase de Margaret Thatcher que deu a formulação mais precisa para este modelo racional: “Economics are the method. The object is to change the soul” [A economia é o método. O objetivo é mudar a alma] ¹⁶uma ideia de que a economia não é apenas uma ferramenta técnica para organizar recursos, mas também um meio de transformar profundamente os indivíduos e a sociedade. Thatcher sintetizou o projeto neoliberal de moldar subjetividades, incentivando um *ethos* de competição, eficiência e empreendedorismo que transcende o campo econômico e penetra na esfera social, política e cultural.

Essa perspectiva encontra ressonância no contexto brasileiro com a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência da República, em 1990. Collor assumiu o poder em um período de grande instabilidade econômica, marcado por altas taxas de inflação, baixo crescimento econômico e insatisfação popular. Em resposta a esse cenário, ele introduziu o neoliberalismo no Brasil de forma explícita, promovendo um conjunto de reformas que visavam modernizar a economia nacional e integrá-la às dinâmicas do mercado global. Suas políticas incluíram a abertura comercial, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação econômica, representando uma ruptura significativa com o modelo de industrialização por substituição de importações que havia prevalecido durante boa parte do século XX no país.

Sob a gestão Collor, o discurso neoliberal não se limitou a impactar os aspectos econômicos, mas também buscou alterar profundamente o imaginário social brasileiro. O cidadão foi incentivado a se ver, antes de mais nada, como um consumidor inserido na lógica de mercado, que passava a ser apresentado como o principal regulador das relações sociais. Nesse contexto, o papel do Estado foi gradualmente demonizado, sendo frequentemente retratado como ineficiente, corrupto e um entrave ao progresso. Em contrapartida, o setor privado e a figura do indivíduo empreendedor eram exaltados como os verdadeiros motores do desenvolvimento econômico e social do país.

Entre as ações mais emblemáticas do governo Collor, destacam-se as privatizações e a abertura comercial. Estas foram acompanhadas por um discurso que prometia maior eficiência econômica e competitividade, ao mesmo tempo em que desmantelava setores da indústria nacional que não estavam preparados para competir com os produtos importados. A narrativa oficial buscava justificar essas políticas com a promessa de modernização, apresentando o

¹⁶ Margaret Thatcher em Sunday Times, 7 maio 1988; tradução nossa.

mercado global como um ambiente inevitável ao qual o Brasil deveria se adequar. No entanto, essas mudanças enfrentaram resistência de diversos setores da sociedade, que apontaram os riscos de aumento da desigualdade, precarização do trabalho e enfraquecimento das políticas sociais.

O confisco das poupanças, uma das medidas mais controversas do Plano Collor, evidenciou as contradições desse alinhamento neoliberal. Embora o confisco tenha sido apresentado como uma solução extrema para conter a hiperinflação, seu impacto na população foi devastador. A confiança dos brasileiros no sistema financeiro e no governo foi profundamente abalada, gerando indignação e desconfiança em amplos setores da sociedade. A promessa de modernização e eficiência econômica, central ao discurso neoliberal, revelou-se incapaz de atender às necessidades imediatas da população, criando um ambiente de frustração e instabilidade política.

As políticas implementadas durante o governo Collor ilustram o dilema enfrentado por países em desenvolvimento ao adotar o neoliberalismo. De um lado, havia a tentativa de se integrar ao mercado global, atrair investimentos estrangeiros e impulsionar a modernização econômica; de outro, os custos sociais dessas políticas eram evidentes. A precarização das relações de trabalho, o aumento das desigualdades sociais e a perda de direitos historicamente conquistados emergiram como consequências diretas das reformas. Esse cenário revela a complexidade de alinhar os interesses econômicos nacionais às exigências de um mercado globalizado, especialmente em contextos de fragilidade estrutural e desigualdade histórica.

Com base nos enunciados materializados nas manchetes da época, é possível realizar uma análise mais aprofundada do contexto econômico e político brasileiro durante a implementação do Plano Collor. Essa análise nos permite compreender como o Brasil se situou na lógica do neoliberalismo em ascensão global, evidenciando as tensões, contradições e impactos que marcaram a tentativa de promover uma transformação estrutural em um país em desenvolvimento. Assim, o período Collor serve como um exemplo emblemático dos desafios enfrentados por nações periféricas ao tentar equilibrar demandas internas e externas em um mundo cada vez mais marcado pela hegemonia do mercado.

Os enunciados supracitados destacam um dos momentos mais marcantes da história econômica brasileira: o confisco das poupanças anunciado pelo governo de Fernando Collor de Mello, em 1990. Essa medida foi parte do Plano Collor, que tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação, um dos maiores problemas econômicos do Brasil à época. Sob a justificativa de estabilizar a economia, o governo congelou saldos bancários acima de um limite determinado, gerando grande instabilidade social e política.

O “Método Thatcher”, nesse sentido, ressoou no Brasil de Collor como um projeto de transformação que não se limitava à estrutura econômica, mas buscava “mudar a alma” do brasileiro. Isso implicava a construção de um novo sujeito: mais competitivo, mais empreendedor e mais conformado às lógicas de mercado, enquanto as estruturas de proteção social e participação estatal eram reduzidas.

Mesmo esta racionalidade não sendo aceita massivamente, os movimentos de resistência contra o método neoliberal contribuíram e contribuem para o surgimento de uma nova subjetividade. Assim, sucessores do Presidente Collor (“impeachmado” em 2 de outubro de 1992) surgiram e deram seguimento a novos métodos de subjetivações.

O governo de Michel Temer (2016-2018) marcou uma fase de nova consolidação de políticas neoliberais no Brasil, caracterizadas por privatizações, reformas estruturais e a redução do papel do Estado na economia. Sua administração assumiu o poder após o *impeachment* de Dilma Rousseff e teve como uma de suas prioridades reposicionar o Brasil em termos econômicos e fiscais, seguindo também uma cartilha neoliberal que já vinha ganhando força em governos anteriores.

Sob o governo Temer, houve um grande esforço para intensificar privatizações e concessões de ativos públicos, sob o argumento de atrair investimentos estrangeiros e reduzir o déficit público. A criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi central nesse processo, funcionando como um canal para fomentar a transferência de empresas e serviços públicos para a iniciativa privada. Tais estratégias não estavam centralizadas apenas nas parcerias que envolviam as infraestruturas, um nível “macro”, mas também visavam adentrar setores estratégicos, como as próprias escolas públicas, onde o governo passou a criar oportunidades de estágio remunerados.

Figura 9 - Programa Primeira Chance no Governo da Paraíba



Fonte: Portal do Governo do Estado da Paraíba¹⁹.

4.3 POR TEMER: A REFORMA NEOLIBERAL ADENTRANDO A SUBJETIVIDADE DOS ESTUDANTES

A principal marca do governo Michel Temer foi a aprovação de reformas estruturais que se tornaram os pilares do ajuste fiscal e da modernização econômica, segundo seus defensores. Entre as medidas mais relevantes, destacam-se a Reforma Trabalhista, o Teto de Gastos, as tentativas de Reforma da Previdência e a Reforma do Ensino Médio.

A Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, alterou significativamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ela flexibilizou as relações de trabalho, priorizando o negociado sobre o legislado. Entre os pontos mais polêmicos estavam a ampliação da terceirização, a introdução do trabalho intermitente e a redução de direitos trabalhistas históricos. A justificativa apresentada pelo governo foi a geração de empregos e a redução de custos para empregadores. Todavia, os resultados foram controversos: os índices de desemprego continuaram altos, enquanto a precarização das condições de trabalho foi amplamente criticada por sindicatos, especialistas e trabalhadores.

¹⁹ Disponível em: <https://encurtador.com.br/Dewzh>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Outra medida de grande impacto foi o Teto de Gastos, formalizado pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Essa emenda congelou os gastos públicos por 20 anos, restringindo o aumento de investimentos em áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social. Embora o governo tenha defendido a medida como essencial para conter a dívida pública e equilibrar as contas do país, críticos apontaram os efeitos negativos dessa política, especialmente no financiamento de políticas sociais, agravando desigualdades e limitando o acesso a serviços básicos pela população mais vulnerável.

No campo da previdência, Temer propôs uma reforma ampla que incluía mudanças significativas nas regras de aposentadoria, como a implementação de uma idade mínima e o aumento do tempo de contribuição. Apesar de não ter sido aprovada durante o seu mandato, essa tentativa abriu caminho para que o governo seguinte realizasse uma reforma previdenciária com propostas similares. A discussão em torno da previdência mobilizou debates intensos sobre sustentabilidade financeira e os impactos sociais de tais mudanças.

Por fim, a Reforma do Ensino Médio, promovida pela Medida Provisória nº 746/2016 e convertida na Lei nº 13.415/2017, também foi uma iniciativa de destaque. Essa reforma alterou profundamente a estrutura do ensino médio no Brasil, buscando maior flexibilização curricular e adequação às demandas do mercado de trabalho. Apesar das justificativas de modernização e eficiência, a medida enfrentou resistência de setores da educação, que apontaram possíveis desigualdades no acesso a uma formação integral e crítica para os estudantes.

As principais mudanças trazidas pela Reforma do Ensino Médio incluíram diversos aspectos que visaram reestruturar o modelo tradicional de ensino, incorporando uma lógica mais flexível e voltada para as demandas do mercado. Essas alterações foram organizadas em três principais eixos.

a) Flexibilização Curricular e Itinerários Formativos: a carga horária do ensino médio foi reorganizada, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definindo que apenas 60% do currículo seria comum a todos os alunos. Os outros 40% seriam dedicados aos itinerários formativos, os quais os estudantes poderiam escolher de acordo com seus interesses e perspectivas profissionais. Esses itinerários foram divididos em cinco áreas principais: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas; e Formação técnica e profissional. Essa mudança buscou oferecer maior liberdade de escolha aos alunos, mas também enfrentou críticas por priorizar interesses mercadológicos em detrimento de uma formação humanista e ampla.

b) Ampliação da Carga Horária Mínima: a carga horária anual mínima foi elevada de 800 horas para 1.000 horas, com a meta de alcançar 1.400 horas anuais até 2022. Essa medida visava

consolidar a implementação de um modelo de ensino em tempo integral, propondo maior permanência do aluno na escola e, teoricamente, mais oportunidades de aprendizado. Contudo, essa ampliação gerou debates sobre a viabilidade dessa mudança em escolas públicas de regiões mais vulneráveis, onde frequentemente há dificuldades de infraestrutura e falta de recursos básicos.

c) Introdução da Formação Técnica e Profissional: a reforma também incluiu a possibilidade de os alunos optarem por itinerários formativos voltados para cursos técnicos, abrindo espaço para uma formação profissionalizante no próprio ensino médio. Essa proposta foi defendida como uma forma de aproximar os jovens do mercado de trabalho, porém, críticos alertaram para o risco de a escola ser reduzida a um espaço de treinamento para o mercado, esvaziando sua função de formação integral e crítica.

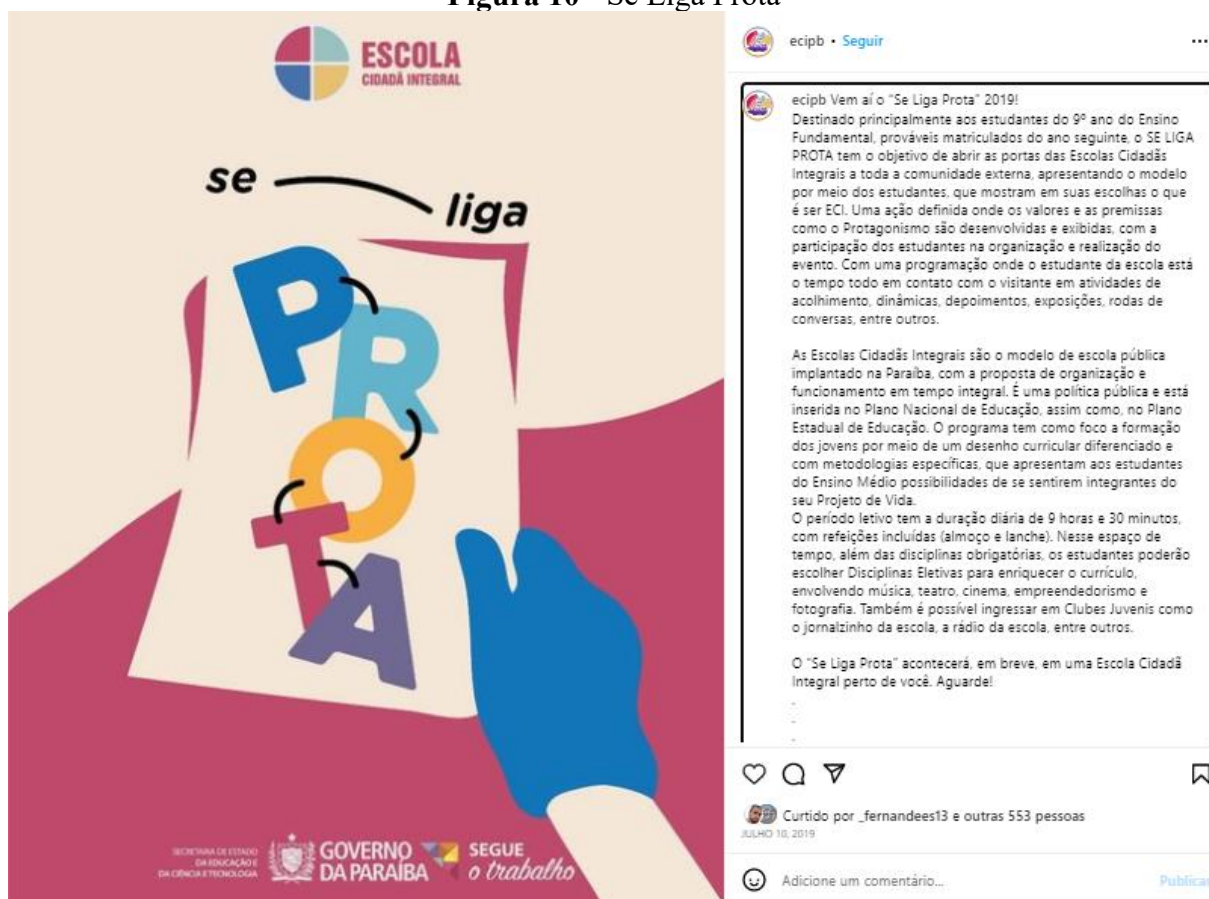
Essas mudanças refletem uma racionalidade empresarial que passou a reorganizar a educação com base nos princípios de eficiência, produtividade e adaptabilidade às demandas do mercado. Sob essa ótica, a escola não apenas instrui, mas também molda os estudantes para que se tornem protagonistas de suas trajetórias de vida, ao mesmo tempo em que se tornam sujeitos úteis ao mercado de trabalho. Nesse contexto, o aluno é incentivado a desenvolver características como proatividade, empreendedorismo e resiliência, todas elas amplamente valorizadas no mundo globalizado e neoliberal.

Analisando o caso da Escola Cidadã Integral da Paraíba, percebemos como essas mudanças foram incorporadas de forma prática e representativa. Em um *post* oficial de sua rede social, já alinhado às diretrizes da Reforma, a instituição convida os alunos ingressantes do Ensino Médio a participarem de um novo modelo educacional. Essa proposta apresenta a escola como um espaço não apenas de aprendizado acadêmico, mas também de desenvolvimento pessoal e profissional, promovendo valores e competências que atendam às exigências contemporâneas.

A lógica por trás desse modelo educativo não se limita à adaptação curricular; ela revela uma tentativa de formar subjetividades alinhadas aos interesses neoliberais. O discurso do “protagonismo juvenil” e da “autonomia do aluno” é utilizado para reforçar a ideia de que o indivíduo é o principal responsável por seu sucesso ou fracasso, ao mesmo tempo em que naturaliza a precarização do trabalho e a falta de direitos sociais como algo que deve ser encarado com resiliência. Desse modo, a Reforma do Ensino Médio vai além de uma reorganização pedagógica: ela representa uma transformação ideológica que alinha a educação às demandas econômicas, muitas vezes em detrimento da formação crítica e emancipadora dos jovens brasileiros.

Analisemos o exemplo da Escola Cidadã Integral da Paraíba: em um *post* publicado em sua rede oficial (já fazendo parte da Reforma), ela faz um convite aos alunos ingressantes do Ensino Médio. Segue:

Figura 10 - Se Liga Prota



Fonte: Perfil ecipb no Instagram²⁰.

Legenda da Figura 10: Se Liga Prota

Vem aí o “Se Liga Prota” 2019!

Destinado principalmente aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, prováveis matriculados do ano seguinte, o SE LIGA PROTA tem o objetivo de abrir as portas das Escolas Cidadãs Integrais a toda a comunidade externa, apresentando o modelo por meio dos estudantes, que mostram em suas escolhas o que é ser ECI. Uma ação definida onde os valores e as premissas como o Protagonismo são desenvolvidas e exibidas, com a participação dos estudantes na organização e realização do evento. Com uma programação

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bzv8ZAIA-GP/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

onde o estudante da escola está o tempo todo em contato com o visitante em atividades de acolhimento, dinâmicas, depoimentos, exposições, rodas de conversas, entre outros.

As Escolas Cidadãs Integrais são o modelo de escola pública implantado na Paraíba, com a proposta de organização e funcionamento em tempo integral. É uma política pública e está inserida no Plano Nacional de Educação, assim como, no Plano Estadual de Educação. O programa tem como foco a formação dos jovens por meio de um desenho curricular diferenciado e com metodologias específicas, que apresentam aos estudantes do Ensino Médio possibilidades de se sentirem integrantes do seu Projeto de Vida.

O período letivo tem a duração diária de 9 horas e 30 minutos, com refeições incluídas (almoço e lanche). Nesse espaço de tempo, além das disciplinas obrigatórias, os estudantes poderão escolher Disciplinas Eletivas para enriquecer o currículo, envolvendo música, teatro, cinema, empreendedorismo e fotografia. Também é possível ingressar em Clubes Juvenis como o jornalzinho da escola, a rádio da escola, entre outros.

O “Se Liga Prota” acontecerá, em breve, em uma Escola Cidadã Integral perto de você. Aguarde!

A proposta do “Se Liga Prota” e das Escolas Cidadãs Integrais exemplifica o exercício de governamentalidade, estratégias de governar indivíduos e populações. Aqui, o discurso destaca a formação do estudante como protagonista de sua trajetória, inserindo-o ativamente na dinâmica escolar e comunitária. Esse protagonismo não é apenas incentivado, mas é construído como um objetivo central para a conformação de um sujeito autônomo, empreendedor e responsável por seu “Projeto de Vida”.

A governamentalidade neoliberal visando moldar os sujeitos para que sejam gerentes de si mesmos, internalizando práticas e valores alinhados aos interesses do Estado e do mercado. O texto do programa reforça isso ao propor atividades que promovem não apenas o aprendizado técnico, mas também competências de autogestão e inovação, características que correspondem às demandas contemporâneas do mercado de trabalho e da sociedade de consumo.

A figura do estudante protagonista, criativo e engajado em seu “Projeto de Vida”, evidencia uma subjetividade idealizada, construída pelo discurso educacional da BNCC e pela política pública. Essa subjetividade não surge espontaneamente, mas é produzida por relações de poder que atravessam as instituições escolares. Lembremos que o poder não apenas reprime, mas também cria, organiza e orienta comportamentos, desejos e identidades.

Ao oferecer atividades como música, teatro, empreendedorismo e clubes juvenis, o programa propõe um modelo de aluno que incorpora valores neoliberais de flexibilidade, inovação e autonomia. Esses elementos estão associados à racionalidade empresarial, que transforma o estudante em um “capital humano” preparado para o mercado, mas também vigilante sobre si mesmo, responsável por seu próprio sucesso ou fracasso.

Sob a ótica dos estudos discursivos, a escola é um espaço de produção, onde corpos e mentes são moldados de acordo com determinadas normas e expectativas. No contexto neoliberal, essas expectativas estão diretamente relacionadas à governança econômica. A ampliação da carga horária e a introdução de disciplinas eletivas e atividades extracurriculares visam maximizar o tempo e o potencial do estudante, convertendo-o em um indivíduo produtivo, tanto no sentido econômico quanto social.

O discurso do programa “Se Liga Prota” reforça ainda essa ideia ao descrever a escola como um espaço onde os estudantes podem “se sentir integrantes de seu Projeto de Vida”. Essa integração, no entanto, não é neutra: ela é direcionada por um conjunto de valores e práticas que refletem o imperativo neoliberal de formação de sujeitos governáveis e adaptáveis.

Como de costume, usuários compartilhavam opiniões que materializavam esse discurso. Na sua forma de resistência ao discurso do governo, o autor do blog “Náufrago da Utopia” viraliza uma charge que em pouco tempo se tornara um dos símbolos da Reforma do Ensino Médio. Segue:

Figura 11 - A Reforma do Cérebro



Fonte: Blog Náufrago da Utopia (2023)²¹.

²¹ Disponível em: <https://encurtador.com.br/CT9uz>. Acesso em: 9 out. 2024.

O enunciado acima é passível da seguinte descrição: evidencia a temática da reforma do ensino médio no Brasil, mostrando processos que sugerem um formato padronizado de ensino que negligencia a complexidade e pluralidade das disciplinas humanísticas e artísticas. Uma máquina parece transformar o pensamento crítico em algo descartável, alinhando o ensino à lógica utilitarista e instrumental.

Analizamos, desta forma, que o discurso implícito na imagem é promovido por diferentes agentes: o Estado, por meio das reformas educacionais; as empresas, que demandam mão de obra qualificada e adaptável; e setores críticos da sociedade, que denunciam a reforma como uma ameaça ao pensamento crítico. Cada um desses agentes ocupa posições de poder específicas e têm suas próprias intenções ao falar.

Sobre a posição do sujeito, observamos que a imagem representa um espaço de disputa discursiva: por um lado, o discurso oficial do Estado e das empresas que promovem a reforma; por outro, a posição de resistência, crítica às consequências desse modelo educativo. O lugar ocupado por esses discursos é moldado pelas regras de poder e pela governamentalidade, ou seja, pela forma como os governantes exercem poder sobre a população. Em se tratando de poder e de autoridade, o discurso oficial é investido de autoridade a partir de sua ligação com o Estado, com as diretrizes da BNCC e com o mercado. A crítica, por outro lado, se investe da autoridade da experiência social e da prática pedagógica, contestando o modelo neoliberal. E segundo quais regras alguém é permitido afirmar isto ou aquilo? As regras estão relacionadas às condições de legitimidade de cada discurso. No caso do Estado e do mercado, a legitimidade vem da institucionalidade, da legalidade e da suposta adequação às “necessidades do futuro”. Para os críticos, a legitimidade é construída a partir de argumentos éticos e pedagógicos, que questionam as implicações sociais e culturais da reforma. Para a formação discursiva dominante, a legalidade está vinculada ao neoliberalismo, promovendo a ideia de uma educação funcional, voltada para o mercado e para a produtividade.

O sujeito da reforma do ensino médio é moldado como um indivíduo empreendedor, flexível e capaz de gerir sua própria formação, um “cidadão protagonista” na lógica neoliberal. No entanto, é um protagonismo restrito, que exclui a possibilidade de contestação ou autonomia crítica mais ampla. De forma geral, o campo associado a esse discurso é o das políticas públicas, da educação e da economia, em que se observa uma convergência entre as demandas de governança estatal e os interesses do mercado.

4.5 OCUPAR E RESISTIR: UMA REGULARIDADE DA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL

Os movimentos de resistência contra a Reforma do Novo Ensino Médio, particularmente as ocupações de escolas, revelaram uma forte reação às políticas educacionais neoliberais implementadas no Brasil. Esses movimentos buscaram contestar as mudanças curriculares e estruturais que, segundo os críticos, reduzem a educação a um processo de formação técnica e produtivista, retirando da escola seu papel crítico e emancipador. Essa perspectiva destaca uma preocupação mais ampla com a crescente mercantilização da educação e a diminuição do foco em seu potencial de fomentar autonomia, pensamento crítico e transformação social.

As ocupações de escolas realizadas por estudantes em diversos estados brasileiros, especialmente em 2016 e nos anos subsequentes, tornaram-se um marco de resistência contra a Reforma do Ensino Médio aprovada pelo governo Temer. Essas ocupações basearam-se no argumento de que a flexibilização curricular e a priorização de itinerários formativos técnicos fomentavam a formação de subjetividades alinhadas aos interesses do mercado, em vez de focar na emancipação individual e coletiva. A reforma foi criticada por atender às demandas econômicas em detrimento de um sistema educacional holístico, democrático e centrado no ser humano, redefinindo a relação entre estudantes, conhecimento e sociedade.

Organizadas principalmente por estudantes do ensino médio, as ocupações transformaram as escolas em espaços de diálogo, oficinas e reflexões coletivas sobre o papel da educação na sociedade. Esses espaços frequentemente se tornaram polos culturais e políticos de resistência, onde estudantes, professores e outros apoiadores se reuniram para defender uma visão de educação pública baseada na igualdade, no engajamento crítico e na justiça social. As escolas ocupadas abrigaram debates sobre as implicações mais amplas da reforma, oferecendo uma narrativa alternativa ao discurso oficial, que, muitas vezes, apresentava a reforma como uma modernização necessária do sistema educacional.

Em muitos casos, as escolas ocupadas tornaram-se espaços vibrantes de criatividade e ação coletiva, simbolizando uma resistência contra-hegemônica à lógica neoliberal. Atividades como performances artísticas, debates políticos e projetos colaborativos foram realizadas, enfatizando o potencial transformador da educação como um espaço não apenas para aprendizado, mas também para crítica social e empoderamento. Essas ações demonstraram o desejo dos participantes de imaginar e construir um modelo educacional que priorize o

desenvolvimento humano em vez das demandas do mercado, buscando resgatar a missão emancipadora da educação diante de sua crescente instrumentalização.

Por meio de suas ações, esses movimentos de resistência evidenciaram a insatisfação profunda de muitos setores da sociedade com políticas que priorizam a eficiência econômica em detrimento da equidade, da inclusão e dos objetivos mais amplos da educação. As ocupações de escolas destacaram a urgência de repensar as reformas educacionais de maneira alinhada aos ideais democráticos e à justiça social, desafiando a influência predominante das ideologias neoliberais na formulação de práticas e políticas educacionais.

Figura 12 - Regularidades entre a formação do cidadão protagonista e o empreendedorismo por meio do conflito entre o poder e os movimentos de resistência



Fonte: Elaboração do autor (2024).

Se onde há poder há resistência, entende-se que os movimentos de ocupações também eram espaços de contracondutas. Agora, analisemos o poder moderno como a capacidade de conduzir as condutas, ou seja, influenciar as ações e comportamentos das pessoas sem recorrer exclusivamente à força. Essa condução não é explícita, mas permeia instituições, normas e práticas sociais, orientando os indivíduos em direções que favorecem certos interesses ou racionalidades – como a do neoliberalismo.

No entanto, para Foucault (1979), essa dinâmica não implica submissão total. Ele rejeita a ideia de desespero e enfatiza a possibilidade de resistência dentro das próprias condutas. A resistência, nesse contexto, não é apenas um ato de rejeição, mas uma recusa criativa que permite traçar novos caminhos.

A ideia de contraconduta é central nessa perspectiva. Diferente de uma resistência passiva, a contraconduta é um ato deliberado de questionar e subverter as formas de poder que tentam guiar nossas vidas. Ela é tanto uma forma de escapar à condução quanto de criar alternativas de existência. Não é apenas fugir: contraconduta não significa apenas rejeitar ou evitar o poder, mas também construir algo novo no processo. É um constante Cuidado de si: conceito inspirado na filosofia antiga, que se refere à capacidade de refletir criticamente sobre si mesmo, questionar as imposições externas e definir uma maneira mais autônoma de se relacionar consigo.

No caso das ocupações, os estudantes não apenas resistiram passivamente às mudanças impostas, mas criavam espaços discursivos e de prática, questionando os valores e as normas estabelecidas pela reforma. Essas ações podem ser vistas como formas de “micro-resistências”, que desafiam diretamente as estruturas de poder ao reapropriar os espaços escolares e subverter a ordem neoliberal que fundamenta a reforma.

A ação de resistir à reforma do ensino médio, uma ação de poder governamental, torna-se em um ato de desobediência civil. Para Frédéric Gros (2018, p. 149-150):

[...] designa o movimento estruturado de um grupo, e não uma contestação pessoal. Supõe a organização de um coletivo estruturado por regras determinadas de resistência, um credo comum, ordenado para um objetivo político preciso: em geral, a revogação de uma lei ou de um decreto considerados escandalosos, injustos, intoleráveis. [...] A desobediência civil supõe um ‘desobedecer juntos’ que faz o coração do contrato social bater, dá corpo, por ocasião de uma contestação comum, ao projeto de ‘fazer sociedade’ [...]. A desobediência civil faz da publicidade a mola propulsora de sua ação: denuncia-se a injustiça, demonstra-se a todos a iniquidade de uma lei expondo ruidosamente sua desobediência. As ações de desobediência civil dirigem-se à opinião.

As ocupações de escolas podem ser vistas como um exemplo de desobediência civil, pois questionam a legitimidade das mudanças no ensino médio e propõem uma reconfiguração

do espaço educacional como lugar de diálogo e construção coletiva. Em termos de análise, a desobediência civil não seria apenas uma recusa, mas também uma criação: ela abre novas possibilidades de subjetividade e novas formas de pensar o poder e a resistência. Nesse sentido, os movimentos estudantis desafiam não apenas as políticas educacionais, mas também a forma como a sociedade enxerga a educação, os jovens e o papel do Estado.

Figura 13 - Nós Escolhemos Pensar!



Fonte: Portal Brasil de Fato²².

O enunciado acima, catalogado no portal Brasil de Fato, mostra uma dessas ocupações realizada por estudantes como forma de resistência ao poder público, representando uma prática de desobediência civil contra políticas governamentais consideradas injustas. Os cartazes afixados nas portas do colégio – com frases como “Colégio Ocupado!!”, “Vai pra PEC que te pariu!” e “Nós escolhemos pensar!” – expressam a insatisfação dos alunos com medidas que ameaçam a educação pública e os direitos estudantis, como a reforma do ensino médio e a PEC do teto de gastos. Esses atos de ocupação revelam a capacidade dos estudantes de se organizar coletivamente e questionar as estruturas de poder. Em meio a todas essas lutas de poder e resistência no contexto da Reforma do Ensino Médio, surgem as Escolas Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba.

²² Disponível em: <https://encurtador.com.br/kf9gQ>. Acesso em: 15 dez. 2024.

5 A EMERGÊNCIA DA ECI-PB E O APARECIMENTO DO CIDADÃO PROTAGONISTA

Após analisar os enunciados que antecederam o aparecimento do Dispositivo ECI-PB, seguiremos para uma análise de sua natureza e de sua função estratégica. Para termos conceituais, iniciamos fazemos uso das palavras de Foucault (1979, p. 244) entendendo que um dispositivo é:

conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, preposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre os elementos.

A Escola Cidadã Integral do Estado da Paraíba pode ser entendida como um dispositivo porque opera como uma estratégia de governamentalidade que organiza práticas pedagógicas e institucionais para moldar sujeitos dentro de normas sociais e políticas específicas. Inspirada na lógica de controle e formação de comportamentos, típica dos dispositivos descritos por Foucault, essa escola articula diversos tipos de saberes (jurídicos, científicos, administrativos etc.) com poderes (disciplinar, biopolítica, governamentalidade) por meio de uma educação integral que busca desenvolver subjetividades.

A sua estrutura e funcionamento, refletem uma influência direta do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). O ICE surgiu no início dos anos 2000 da iniciativa de ex-alunos do Ginásio Pernambucano, em Recife, com o objetivo de reformular tanto o modelo pedagógico quanto a gestão do educandário. Esse projeto de reformulação ganhou força e apoio de instituições empresariais, e se expandiu para além das fronteiras de Pernambuco, consolidando parcerias entre secretarias de educação estaduais e municipais e o setor privado, com a promessa de transformar e adaptar o sistema educacional público às exigências do Novo Ensino Médio, enquanto buscava a melhoria da qualidade do ensino.

No Estado da Paraíba, essa reformulação foi iniciada em 2015, por meio do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), durante o governo de Ricardo Vieira Coutinho (2011-2019), do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O plano era implementar um modelo de escola integral gerido pelo ICE, inspirando-se no formato já consolidado em Pernambuco. Para institucionalizar essa mudança, foram criadas as Escolas Cidadãs Integrais por meio dos Decretos nº 36.408 e nº 36.409, ambos de 30 de novembro de 2015. Esses decretos marcaram o início da transformação do ensino médio paraibano, promovendo uma nova abordagem de educação pública, centrada em uma gestão integrada e no ensino em tempo integral.

Posteriormente, em 2018, o projeto foi ampliado e consolidado com a criação do Programa Escola Cidadã Integral, formalizado pela Medida Provisória nº 267, de 7 de fevereiro de 2018, e aprovada pela Lei nº 11.100, de 6 de abril de 2018. Esse programa estruturou o sistema de ensino integral em três modelos distintos: as Escolas Cidadãs Integrais (ECI), as Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) e as Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas (ECIS). Esses modelos foram concebidos para atender diferentes demandas educacionais, integrando formação técnica e profissional, educação integral e atendimento socioeducativo, sempre alinhados aos princípios do Novo Ensino Médio e às diretrizes do ICE.

Segundo as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual da Educação da Paraíba (2021), o modelo ECI de ensino é estruturado com foco no desenvolvimento integral do/a estudante, tendo como eixo central o “Projeto de Vida”. Todas as ações pedagógicas estão alinhadas aos três pilares formativos: Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida. Além disso, nas unidades socioeducativas, o currículo é adaptado para atender às necessidades específicas dos socioeducandos, dando destaque à Parte Diversificada, com ênfase em atividades que promovam protagonismo juvenil e reintegração social.

A rotina diária das Escolas Cidadãs Integrais inclui acolhimento, aulas da BNCC, atividades da Parte Diversificada e Práticas Educativas, como Tutoria e Clubes de Protagonismo. Essas práticas visam desenvolver competências acadêmicas e socioemocionais, além de fortalecer a autonomia e a liderança dos/as estudantes. A gestão das atividades é acompanhada semanalmente por coordenadores pedagógicos, e o planejamento ocorre de forma colaborativa entre as áreas de conhecimento.

Outro ponto central do modelo é o monitoramento contínuo do processo educacional. Reuniões semanais e formações continuadas são realizadas para aprimorar as práticas pedagógicas, sempre orientadas pelas Diretrizes da Comissão Executiva de Educação Integral. Além disso, o Ciclo de Acompanhamento Formativo promove a interação entre consultores de gestão, pedagogos e equipes escolares, garantindo um acompanhamento sistemático e integrado.

As Escolas Cidadãs Integrais também visam oferecer cursos profissionalizantes e atividades extracurriculares, como esportes, música e artes. Essas iniciativas têm como objetivo não apenas preparar os/as estudantes para o mercado de trabalho, mas também fomentar o desenvolvimento de habilidades para a vida, contribuindo para a sua plena reinserção na sociedade. O modelo, ainda segundo as Diretrizes Operacionais (Paraíba, 2021), representa,

assim, uma abordagem inovadora e abrangente para a educação pública, que busca alinhar qualidade acadêmica, formação técnica e desenvolvimento humano.

A questão da formação de um sujeito “protagonista” é evidenciada não só nas Diretrizes Operacionais das Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba, como também surge constantemente na BNCC (Brasil, 2018). Aliás, são da própria BNCC os documentos oficiais que edificam os documentos norteadores da educação do estado. De acordo com a BNCC (Brasil, 2018), a competência é compreendida como a capacidade de integrar conhecimentos (conceituais e procedimentais), habilidades (de natureza prática, cognitiva e socioemocional), atitudes e valores, de forma a enfrentar desafios complexos da vida cotidiana, participar ativamente como cidadão e atuar no mundo do trabalho.

Ao propor essas competências, a BNCC enfatiza que a educação deve cultivar valores e estimular práticas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com a sustentabilidade ambiental. Além disso, demonstra alinhamento com os objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Vale destacar que as competências gerais da Educação Básica estão conectadas entre si e se desdobram no planejamento pedagógico das três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Essas competências articulam a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, **resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.**

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2018, p. 9-10, grifo meu).

As Competências Gerais da Educação Básica propostas no texto carregam uma dupla face: por um lado, parecem promover uma formação integral, ética e crítica; por outro, ao serem analisadas sob uma perspectiva foucaultiana e neoliberal, revelam aspectos da governamentalidade que moldam sujeitos alinhados às demandas do mercado global e das estruturas de poder contemporâneas.

No primeiro ponto, o texto afirma a necessidade de “valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos”. Essa premissa, embora essencial para a formação cidadã, insere-se em uma lógica de governamentalidade que busca integrar os sujeitos em um tecido social e econômico moldado por discursos de justiça e inclusão. Contudo, essas palavras muitas vezes servem como instrumentos para moldar condutas e subjetividades em consonância com as demandas do neoliberalismo, em que o indivíduo é responsabilizado por contribuir para a sociedade enquanto absorve as regras e os saberes impostos por ela.

O segundo ponto, que exalta a curiosidade intelectual e a criatividade, associa-se a uma visão neoliberal de inovação e empreendedorismo. Ao enfatizar a resolução de problemas e a criação de soluções, frequentemente com base em tecnologias, o discurso promove um sujeito que é autônomo apenas na medida em que se torna produtivo e alinhado às necessidades do mercado. Essa abordagem constrói uma subjetividade voltada ao desempenho, que internaliza a lógica da eficiência e da competitividade como norma.

O terceiro ponto, ao destacar a valorização das manifestações artísticas e culturais, pode ser interpretado como um esforço de humanização e de ampliação da pluralidade no currículo. No entanto, essa valorização está frequentemente subordinada a uma lógica utilitarista, em que

o consumo e a produção cultural são avaliados por sua capacidade de agregar valor ao capital cultural do sujeito, reforçando sua posição no mercado de trabalho e no tecido social.

Já o quarto e quinto pontos se inserem claramente na lógica neoliberal, ao priorizar o domínio das linguagens e das tecnologias digitais. A apropriação crítica e reflexiva das ferramentas digitais é apresentada como essencial para o “protagonismo e autoria”, mas isso se dá dentro de um modelo de governamentalidade que transforma essas competências em capital humano, útil para a empregabilidade e para o desempenho do sujeito na economia digital.

No sexto ponto, o texto aproxima-se ainda mais da governamentalidade neoliberal ao articular as relações do mundo do trabalho com a formação cidadã. A “autonomia, consciência crítica e responsabilidade” mencionadas como pilares para escolhas alinhadas ao projeto de vida reforçam a subjetivação do sujeito como um gestor de si mesmo, responsável por suas conquistas e fracassos, numa lógica meritocrática que desconsidera as desigualdades estruturais.

O sétimo ponto, que propõe argumentação ética baseada em fatos e dados, reforça o discurso da racionalidade técnica, típico do neoliberalismo. A valorização da consciência socioambiental e do consumo responsável, embora relevante, está inserida numa lógica que transforma a ética em um produto a ser adquirido, muitas vezes deslocando a responsabilidade de sistemas maiores para o indivíduo.

No oitavo e nono pontos, a valorização da saúde física e emocional, bem como da empatia e do diálogo, reflete um discurso de subjetivação que busca construir sujeitos resilientes, capazes de lidar com conflitos e superar adversidades. Essa ênfase na resiliência, característica do neoliberalismo, posiciona o sujeito como responsável por administrar suas emoções e enfrentar os desafios impostos pelo sistema, ao invés de questionar as condições que geram essas adversidades.

Por fim, o décimo ponto sintetiza os princípios da governamentalidade neoliberal ao destacar a autonomia, responsabilidade e flexibilidade como virtudes centrais. Essas qualidades são promovidas como fundamentais para a ação ética e democrática, mas, ao mesmo tempo, revelam o esforço do poder em moldar sujeitos que se adaptem às exigências de um mundo altamente competitivo e volátil.

Em suma, as Competências Gerais da Educação Básica, embora apresentem um discurso que aparentemente visa à formação integral e democrática dos sujeitos, estão profundamente marcadas por uma lógica de governamentalidade que transforma a educação em ferramenta de subjetivação neoliberal. Ao privilegiar a autonomia, a resiliência, a flexibilidade e o protagonismo, essas competências moldam sujeitos que internalizam as exigências do mercado

e do poder, enquanto diluem as possibilidades de resistência estrutural e de transformação social efetiva.

Adentrando ao Modelo das Escolas Cidadãs Integradas Técnicas da Paraíba (ECIT) seguindo os documentos como o Caderno de Disciplinas Empreendedoras (SEECT-PB, 2021a) e Caderno Currículo por Competências e Habilidades: caminhos para a integração entre a formação básica e a educação profissional e técnica (SEECT-PB, 2021b), os pesquisadores Izaías Neto e Francisco Vieira, no texto *A formação de condutas empreendedoras nas ECIT paraibanas: uma leitura discursiva dos documentos orientadores* (2024) realizam análises do funcionamento do discurso do empreendedorismo corroborando com a tese acerca dessa pulsante isenção discursiva neoliberal na formação de alunos-sujeitos-empreendedores.

O enunciado extraído, por eles, do Caderno de Disciplina Empreendedoras (ver abaixo), traz como Competências e Habilidades Gerais para o Mundo do Trabalho, formações de cunho socioemocionais (Capacidade de lidar com a frustração, capacidade de lidar com o medo, controle emocional, espírito de liderança e outros.) Assim, o Dispositivo ECI visa, segundo esse documento, uma formação do sujeito que se autogoverne, baseando-se na racionalidade gerencial propostos como ferramentas que o auxilie a enfrentar os desafios do mercado.

Figura 14 - Análise das Competências e habilidades na formação do sujeito empreendedor

Competências e habilidades gerais para o mundo do trabalho		
Analisar dados e propor soluções	Capacidade de lidar com o medo	Personalidade
Aprendizagem contínua	Controle emocional	Postura profissional
Autoconhecimento	Criatividade	Produção de texto voltado ao trabalho
Autonomia	Espírito de liderança	Raciocínio lógico
Boa comunicação	Ética de valores	Respeito
Capacidade de analisar problemas	Flexibilidade	Responsabilidade
Capacidade de argumentação	Iniciativa	Saber ouvir
Capacidade de lidar com a frustração	Motivação	Tomada de decisão
	Pensamento estratégico	Trabalho em equipe
	Perseverança	Visão sistêmica

Fonte: SEECT-PB (2021a).

Já no Caderno Currículo por Competências e Habilidades: caminhos para a integração entre a formação básica e a educação profissional e técnica, doravante CCH (SEECT, 2021b), a série enunciativa acerca da autonomia do sujeito-aluno é descrita no documento como sendo a de

emancipar os jovens e promover uma formação integral e conectada ao exercício da cidadania, estimulando o protagonismo juvenil e contribuindo para que os estudantes tenham condições de fazer melhores escolhas ou de intervir de maneira construtiva no contexto em que estão inseridos (SEECT-PB, 2021b, p. 21).

Essas escolhas são estimuladas pela pedagogia das relações de trabalho trazendo uma nova subjetivação que não mais foca na formação humanizadora, mas uma formação da competição do mercado. O Protagonista é, assim, um corpo produtivo que atenderá as necessidades econômicas e sociais que o mundo moderno exige. Seja dentro da universidade, seja oferecendo sua força de trabalho para alguma empresa ou abrindo seu próprio negócio. A Premissa maior é autonomia, competitividade e produção.

5.1 O DISCURSO NAS REDES: O QUE VENDE A ECI PB NESSA FORMAÇÃO PROTAGONISTA?

A análise do discurso do “cidadão protagonista”, especialmente por meio da coleta de enunciados disseminados nas redes sociais, é uma tarefa fundamental para compreender como a reforma do Ensino Médio e dispositivos como o modelo das Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba (ECI-PB) estão moldando subjetividades alinhadas à lógica neoliberal. Nas redes sociais, o discurso encontra um terreno fértil para sua propagação e legitimação, apresentando-se como uma narrativa que associa protagonismo e empreendedorismo a valores como liberdade, autonomia e responsabilidade individual. Contudo, ao reproduzir esses enunciados, o discurso atua como um dispositivo de poder que disfarça as desigualdades estruturais e reforça uma governamentalidade que responsabiliza o indivíduo pelo próprio destino.

A pulverização dos enunciados sobre o “cidadão protagonista” nas redes sociais não ocorre de maneira aleatória, mas responde a uma estratégia de difusão que conecta a educação às demandas do mercado neoliberal. Publicações que exaltam a importância do “projeto de vida”, o desenvolvimento de competências socioemocionais e o espírito empreendedor reforçam a ideia de que o sucesso depende unicamente do esforço individual. Esses enunciados, amplamente compartilhados, comentados e celebrados, não apenas moldam a percepção dos

sujeitos em formação, mas também configuram um campo discursivo no qual a normatividade neoliberal se torna naturalizada e incontestável.

Nesse contexto, o dispositivo ECI-PB desempenha um papel central, pois articula práticas pedagógicas e discursos que promovem a construção de um sujeito adaptável, resiliente e produtivo. As redes sociais amplificam essas práticas ao funcionar como vitrines de modelos de sucesso individual baseados na lógica do mérito. Alunos, professores e gestores escolares, ao compartilharem suas experiências no formato de histórias de superação, reforçam o ideal do “cidadão protagonista”. Esses relatos, frequentemente destacados em campanhas institucionais e nas redes das escolas, validam um discurso que invisibiliza as condições materiais e sociais que limitam ou possibilitam o acesso ao sucesso educacional e profissional.

A importância de analisar esses enunciados pulverizados está em sua capacidade de revelar a sutileza com que o poder opera na construção de subjetividades. Ao coletar e analisar os discursos sobre o “cidadão protagonista” nas redes sociais, torna-se possível identificar como o poder neoliberal se infiltra nas práticas educacionais e na vida cotidiana, promovendo uma subjetividade alinhada às demandas de um mercado que exige flexibilidade, autogestão e conformidade.

Vale lembrar também que essa análise crítica é essencial para desconstruir o discurso hegemônico que apresenta o protagonismo como sinônimo de liberdade. A aparente emancipação promovida por esse modelo educacional esconde um processo de sujeição em que o indivíduo é moldado para atender às exigências de um sistema econômico que transfere a responsabilidade coletiva para o âmbito pessoal. Assim, o “cidadão protagonista” torna-se um sujeito que internaliza a lógica da meritocracia e aceita as desigualdades como naturais ou como resultado de falhas individuais, enquanto as estruturas que perpetuam essas desigualdades permanecem intocadas.

Além dos enunciados já apresentados ao longo desta pesquisa, que também foram extraídos da página oficial da Escola Cidadã Integral da Paraíba, “ECIPB”, propomos, agora, descrição e análise de outros quatro enunciados. Assim, seguiremos, posteriormente, para a nossa hipótese de quem é esse sujeito chamado protagonista e a quem ele atende.

Para melhor entendimento, anexamos os enunciados materializados no perfil ECIPB e transcrevemos as respectivas legendas dos pôsteres em um quadro abaixo. Segue:

Figura 15 - Mercado de trabalho e a ECI



Fonte: Perfil ecipb no Instagram²³.

Legenda da Figura 15: Mercado de trabalho e a ECI

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT), divulgou no Diário Oficial do Estado do dia 21 de Julho, a chamada pública para cadastro de empresas interessadas em receber estagiários bolsistas do programa estadual Primeira Chance.

Teremos mais 1 semana de inscrições. Pela procura intensa nesses dias prorrogamos as inscrições das empresas até dia 14 de agosto. Mais uma chance para você, empresário, que quer fazer parte da mudança.

A figura 15 apresenta um enunciado institucional vinculado ao programa estadual “Primeira Chance”, promovido pelo Governo da Paraíba por meio da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia. O texto anuncia a prorrogação das inscrições para empresas interessadas em cadastrar-se no edital de estágio do programa até o dia 14 de agosto. A peça publicitária utiliza cores vibrantes, como roxo e amarelo, que remetem a um tom de inovação e dinamismo, e traz logotipos institucionais que conferem autoridade e oficialidade ao enunciado.

²³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDlx99NAR5H/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

Do ponto de vista da função enunciativa, o referente do enunciado é a relação entre o programa governamental e as empresas, promovendo um campo de atuação voltado para a inserção de jovens no mercado de trabalho por meio de estágios. A posição-sujeito, nesse caso, é ocupada pelo governo, que se apresenta como mediador entre o setor produtivo e a formação educacional dos estudantes, destacando-se como agente de desenvolvimento econômico e social. O campo associado é o da educação pública articulada ao mercado de trabalho, com ênfase em políticas de empregabilidade e empreendedorismo.

A materialidade linguística do enunciado é simples e direta, com verbos no imperativo como “inscreva-se”, subentendido, conferindo urgência e relevância à mensagem. O uso de *hashtags* reforça a dimensão digital e contemporânea do discurso, promovendo a circulação da mensagem nas redes sociais e criando associações discursivas que ligam educação, inovação e mercado. O emprego de expressões como “fazer parte da mudança” apela à responsabilidade social das empresas, enquanto legitima o programa como instrumento de transformação.

No campo do mercado de trabalho, o enunciado reflete a lógica neoliberal ao enfatizar a necessidade de integrar os jovens ao mercado por meio de estágios, transferindo parte da responsabilidade pela formação prática ao setor privado. Essa prática evidencia um movimento de privatização da educação, em que o Estado atua como facilitador para alinhar a formação educacional às demandas do mercado, subordinando o processo pedagógico às necessidades empresariais.

Sob a ótica da biopolítica, o programa “Primeira Chance” pode ser interpretado como uma ferramenta de gestão da população jovem, regulando o acesso ao mercado de trabalho por meio de dispositivos como estágios. Ao estabelecer critérios para a participação das empresas e estudantes, o programa governa tanto os corpos (em termos de formação prática e ocupacional) quanto as subjetividades (em termos de valores como empreendedorismo, protagonismo e adaptabilidade).

Do ponto de vista da governamentalidade, o enunciado mobiliza um discurso que incentiva a colaboração entre Estado, empresas e indivíduos, promovendo a ideia de um cidadão ativo e responsável por sua inserção no mercado de trabalho. A mensagem, ao direcionar-se explicitamente às empresas, reforça o papel destas como coadjuvantes na gestão do bem-estar social, enquanto legitima a reforma educacional como um projeto alinhado ao desenvolvimento econômico.

Assim, a análise desse enunciado permite compreender como práticas discursivas institucionais promovem subjetividades e governam as relações entre educação, trabalho e mercado no contexto de uma racionalidade neoliberal. A materialidade linguística, os sujeitos

envolvidos e o campo discursivo associado revelam como a educação pública é ressignificada em um dispositivo que articula biopolítica e governamentalidade para responder às demandas do capitalismo contemporâneo.

Figura 16 - Exaltação à escola



Fonte: Perfil ecipb no Instagram²⁴.

Legenda da Figura 16 – Exaltação à Escola

Em meio à tragédia vivenciada na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), onde vidas humanas foram de forma brusca e brutalmente perdidas, reconhecer e exaltar histórias e conquistas é a forma de acreditar em dias e pessoas melhores. Hoje (15) se celebra uma das instituições de maior importância para a formação educacional da população: a escola. É na escola que o indivíduo aprende e põe em prática vários conceitos essenciais para manter uma vida em sociedade.

Além disso, também é na escola que as pessoas começam a desenvolver o senso crítico, o que é importante para a construção de uma comunidade politizada e menos alienada. Para nós paraibanos, falar em Educação tem sido constantemente, motivo de entusiasmo. A Educação Integral é a condição ideal e tem feito parte, cada vez mais da realidade brasileira,

²⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BvC7zKqA--Z/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

buscando garantir que todos(as) tenham igualdade de condições de acesso e permanência na escola, sobretudo quando se fala de quem vive em situações mais vulneráveis. Estamos falando de formação humana integral que, além do ensino das ciências, exige também que se abra o leque para o conjunto de possibilidades humanas no campo do conhecimento.

Liderado por Gabriel dos Santos Souza Gomes, foi criada a Comissão Executiva de Educação Integral (CEEI), um setor vinculado à Gerência Operacional de Ensino Médio com a função de gerenciar a implantação do Programa Escolas Cidadãs Integrais (ECI), Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas (ECIS) na rede pública estadual de ensino. Dessa forma, as Escolas Cidadãs Integrais vêm apresentando excelentes resultados tanto em avaliações internas quanto externas e outras melhorias.

É alto o índice de aprovações no Sisu ou até mesmo da participação no ENEM 2018, pois são 91% dos estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Médio tentando uma vaga em alguma Instituição de Ensino Superior. O crescimento do IDEPB é 3 vezes maior do que o das escolas de ensino regular, já no segundo ano de implantação e é válido salientar que a Paraíba, considerando apenas estas escolas de ensino integral, no segundo ano de implantação, está entre os três melhores estados do país em relação ao IDEB.

A figura 16 apresenta um enunciado comemorativo relacionado ao Dia da Escola, destacando o programa “Escola Cidadã Integral” (ECI) promovido pelo Governo da Paraíba. O cartaz exibe uma narrativa que enfatiza o papel da escola como espaço de formação integral, destacando a expansão do programa desde 2016. A imagem utiliza uma composição visual organizada, com gráficos que ilustram o crescimento do número de escolas, logotipos institucionais, e um fundo azul que transmite seriedade e credibilidade.

O referente do enunciado é o programa de educação integral implementado no estado da Paraíba, cujo objetivo é a ampliação da oferta de formação integral nas escolas públicas. A imagem comunica tanto os avanços quantitativos do programa quanto seus impactos qualitativos, sugerindo a melhoria da formação dos estudantes e sua inserção social e acadêmica.

A posição-sujeito é ocupada pelo governo estadual, que se coloca como agente promotor de uma educação inclusiva e de qualidade. O governo adota uma postura de liderança e de prestação de contas, reforçando sua autoridade e legitimidade enquanto responsável pela implementação de políticas públicas que impactam a sociedade. Já o campo discursivo associado é a educação pública como um instrumento de transformação social, articulado com objetivos de formação integral e desenvolvimento humano. A narrativa associa o sucesso

educacional ao progresso individual e coletivo, além de vincular a escola ao fortalecimento da cidadania e à preparação para o futuro.

Ao analisar a materialidade linguística, observamos que o texto utiliza uma linguagem persuasiva e institucional, com ênfase em termos como “igualdade de condições”, “formação humana integral” e “excelentes resultados”. O uso de números para ilustrar o crescimento do programa e menções a exames como o ENEM e o Sisu reforçam a ideia de eficiência e progresso. A estética gráfica complementa a mensagem, conferindo-lhe dinamismo e acessibilidade.

No campo do mercado de trabalho, o discurso sobre a “formação integral” pode ser lido como uma tentativa de preparar os estudantes para atender às demandas contemporâneas de empregabilidade. Ao mencionar indicadores como aprovação no ENEM e no Sisu, o enunciado sugere uma orientação da educação para a produtividade, reforçando a adequação dos sujeitos às exigências do mercado neoliberal. Essa narrativa legitima a instrumentalização da educação como mecanismo de formação de trabalhadores competitivos, enquanto dilui outras perspectivas críticas sobre o papel da escola.

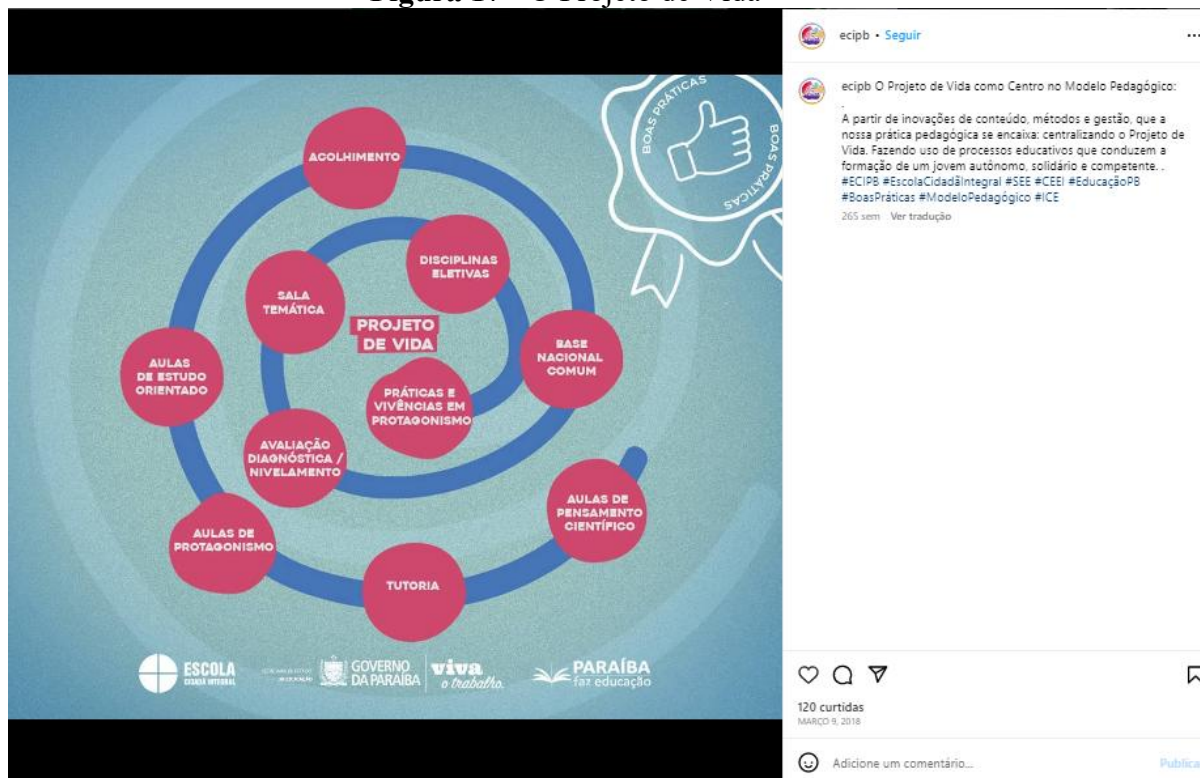
Sob a ótica do neoliberalismo, a expansão da Escola Cidadã Integral alinha-se a uma racionalidade que transfere para o indivíduo a responsabilidade por seu sucesso acadêmico e profissional. A ênfase no “projeto de vida” como questão central reforça a ideia de protagonismo individual e empreendedorismo. Nesse contexto, o sujeito é convocado a internalizar as expectativas do mercado como parte de sua formação pessoal, naturalizando as desigualdades sociais como desafios a serem superados individualmente.

Em termos de biopolítica, o programa atua como uma ferramenta de gestão da vida dos jovens. A escola, enquanto espaço de formação, emerge como dispositivo que regula comportamentos, orienta escolhas e define valores. A promoção de um “projeto de vida” não apenas direciona as aspirações individuais, mas também normaliza trajetórias que atendem às lógicas produtivas e disciplinadoras do capitalismo contemporâneo. Esse controle, embora sutil, estrutura-se sob o discurso de liberdade e autonomia, mascarando as coerções implícitas.

Por fim, a perspectiva da governamentalidade evidencia o papel do Estado na articulação entre educação e economia. A expansão do programa é apresentada como um sucesso de gestão pública, alinhando-se a uma lógica de eficiência e *accountability*. Ao mesmo tempo, o governo transfere parte do protagonismo para os próprios estudantes, reforçando a ideia de um sujeito autônomo e responsável por seu destino, enquanto mantém o controle indireto sobre as práticas educativas e seus resultados.

A análise do enunciado revela como a educação pública é mobilizada como dispositivo de governança em um contexto neoliberal, articulando elementos de biopolítica e governamentalidade para moldar subjetividades e atender às demandas do mercado. A narrativa da “Escola Cidadã Integral” reforça a naturalização de valores neoliberais, enquanto legitima práticas de controle e gestão sob o discurso de inclusão e igualdade.

Figura 17 - O Projeto de Vida



Fonte: Perfil ecipb no Instagram²⁵.

Legenda da Figura 17: O projeto de Vida

O Projeto de Vida como Centro no Modelo Pedagógico:

A partir de inovações de conteúdo, métodos e gestão, que a nossa prática pedagógica se encaixa: centralizando o Projeto de Vida. Fazendo uso de processos educativos que conduzem a formação de um jovem autônomo, solidário e competente.

Neste enunciado, observamos uma representação esquemática do modelo pedagógico das Escolas Cidadãs Integrais, com destaque para o “Projeto de Vida” como núcleo central. Ao redor deste conceito, estão dispostas outras atividades e práticas pedagógicas, como acolhimento, tutoria, disciplinas eletivas, aulas de protagonismo, sala temática e avaliação

²⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BgHQLXjB0Wq/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

diagnóstica. O esquema reforça uma lógica de organização metódica e integrada, associando o desenvolvimento do “protagonismo” dos estudantes à preparação para a vida social, acadêmica e profissional.

A centralidade do “Projeto de Vida” no esquema evidencia um exercício de poder disciplinar que organiza o tempo e o espaço escolar de forma altamente estruturada. O controle do tempo é visível na divisão das atividades em práticas específicas, como “aulas de estudo orientado” e “aulas de pensamento científico”, que visam otimizar cada momento do processo educativo. Essa fragmentação do tempo escolar reflete a influência das técnicas disciplinares descritas por Michel Foucault (ano), nas quais a gestão eficiente do tempo é utilizada para maximizar a produtividade e moldar os comportamentos.

O controle do espaço escolar também é evidente. Práticas como “sala temática” e “tutoria” sugerem a utilização de ambientes previamente definidos para atividades específicas, reforçando a supervisão e o registro das interações dos alunos. Essa organização espacial possibilita a vigilância contínua, garantindo que os alunos permaneçam inseridos em um ciclo de aprendizagem alinhado aos objetivos institucionais.

A materialidade da imagem, com seu esquema circular e a centralização do “Projeto de Vida”, transmite uma ideia de ordem e controle, onde todas as práticas estão interligadas e direcionadas para um objetivo comum. Isso demonstra como o poder disciplinar está intrinsecamente ligado à funcionalidade do modelo pedagógico.

A biopolítica aparece nesse contexto como uma estratégia para moldar subjetividades e regular a vida dos estudantes. O discurso do “Projeto de Vida” enfatiza a autonomia, mas essa autonomia é condicionada por um conjunto de práticas pedagógicas que orientam os alunos a se ajustarem às expectativas da sociedade e do mercado de trabalho. O “acolhimento” e a “avaliação diagnóstica” são exemplos de mecanismos biopolíticos que, ao mesmo tempo em que promovem o cuidado, monitoram e classificam os indivíduos para que possam ser integrados a um sistema produtivo.

Além disso, o protagonismo, apresentado como valor central, não se restringe a uma liberdade genuína, mas opera como um dispositivo de governamentalidade. Os alunos são incentivados a desenvolver um “projeto de vida” que esteja alinhado às demandas econômicas e sociais, internalizando normas e valores neoliberais sob a aparência de escolhas individuais.

O modelo pedagógico apresentado na imagem articula poder disciplinar, biopolítica e neoliberalismo para moldar sujeitos que se percebem autônomos e protagonistas, mas que estão inseridos em um sistema regulado por lógicas de controle e eficiência. O “Projeto de Vida” emerge como um dispositivo central para alinhar as práticas educacionais às demandas sociais

e econômicas contemporâneas, reforçando a governamentalidade neoliberal. Nesse contexto, a escola não apenas transmite conhecimento, mas também exerce um papel normativo e disciplinador, contribuindo para a produção de subjetividades ajustadas às exigências do mercado.

Figura 18 - Eixos formativos do estudante



Fonte: Perfil ecipb no Instagram²⁶.

Legenda da Figura 18 - Eixos formativos do estudante

OS TRÊS EIXOS FORMATIVOS DO ESTUDANTE:

O Modelo Pedagógico ao qual as Escolas Cidadãs Integrais está inserida, integra as diretrizes e parâmetros de inovação concebidos pelo ICE.

Determinados a partir de processos de aprendizagem ao jovem, que asseguram total domínio de conhecimento da Educação Básica; Ampliação de referências de seus princípios e valores. Somado a uma formação onde as bases se concentram num plano de exercício de habilidades pleno no âmbito social e pessoal.

O jovem está no centro desse grande projeto. E o resultado disso é ter o estudante como fonte de iniciativa, de liberdade e compromisso com seu futuro

²⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/Bf_Bf3zAeY5/. Acesso em: 10 mar. 2023.

O enunciado apresentado na imagem destaca os três eixos formativos que estruturam o modelo pedagógico das Escolas Cidadãs Integrais, vinculadas às diretrizes do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE). A materialidade do enunciado, composta por elementos textuais e visuais, utiliza uma linguagem direta e motivadora, reforçando a centralidade do jovem no processo educativo. Visualmente, o esquema apresenta o “Jovem e seu Projeto de Vida” no centro, circundado por três pilares: “Formação Acadêmica de Excelência”, “Formação para a Vida” e “Formação de Competências para o Século XXI”. Essa disposição gráfica ressalta a convergência de todos os esforços pedagógicos para o desenvolvimento integral do estudante, associando-o à autonomia, à iniciativa e ao compromisso com o futuro.

A função enunciativa desse material busca legitimar o modelo pedagógico como inovador e eficaz, promovendo valores associados ao protagonismo estudantil e à preparação para o mercado de trabalho e a cidadania. A ênfase no “domínio do conhecimento”, na “ampliação de referências” e no “exercício pleno de habilidades sociais e pessoais” reforça a ideia de que o sistema educacional está alinhado com as demandas contemporâneas.

Sob a perspectiva da governamentalidade neoliberal, o enunciado também revela mecanismos de subjetivação que moldam os indivíduos de acordo com os ideais do empreendedorismo de si. A centralidade do “projeto de vida” do jovem reflete a lógica neoliberal de responsabilização individual, em que o estudante segue sendo conduzido a assumir o papel de gestor de sua própria trajetória, integrando conhecimentos, habilidades e valores para alcançar o sucesso pessoal e profissional.

5.2 O CIDADÃO PROTAGONISTA É O NOVO MEI?

Após as análises apresentadas nos enunciados anteriores, conseguimos pressupor uma relação entre os estudantes das Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba, fruto da Reforma do Ensino Médio, e o sujeito neoliberal evidenciando, desse modo, os impactos de uma lógica educacional que prioriza a formação individualizada e produtivista. Essa lógica, como já falado, é estruturada pelo princípio da concorrência, que se torna uma norma universal para orientar comportamentos, relações e estruturas sociais. Assim, os estudantes dessas escolas são estimulados a desenvolver competências que os tornem “empreendedores de si mesmos”, responsabilizando-os integralmente por seus sucessos e fracassos.

As Escolas Cidadãs Integrais, ao adotarem o modelo proposto pela Reforma do Ensino Médio, incentivam a individualização dos sujeitos, fazendo-os traçar metas e desenvolver seus “Projetos de Vida”. Embora esse modelo se apresente como uma oportunidade de protagonismo

juvenil, ele também carrega uma narrativa que penaliza aqueles que não conseguem atingir seus objetivos, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior público. Os estudantes que não alcançam aprovação nos cursos mais concorridos das universidades públicas, por exemplo, muitas vezes se veem tomados por um sentimento de vergonha, internalizando a culpa como se o fracasso fosse exclusivamente resultado de sua falta de esforço. Aos vitoriosos, aqueles que conseguirem ocupar uma vaga nas universidades, segue a honra de ter sua foto destacada no mural da escola, assim como fazem as empresas ao reconhecer a produtividade do seu trabalhador, promovendo-o como funcionário do mês, uma estratégia de gestão de pessoas que visa motivá-los.

Vale lembrar que o fato de o sujeito protagonista ocupar uma vaga no ensino médio não o exclui da sua subjetivação de microempreendedor individual, da sua subjetivação neoliberal, ou de deixá-lo livre do poder da governamentalidade, muito pelo contrário: a competitividade e o próprio processo de seleção, de separação, de individualizar os corpos para que eles obtenham sucesso no ENEM, por exemplo, já o torna pertencente a esse discurso subjetivador porque estamos todos dentro de um mesmo *a priori* histórico, dentro do mesmo aquário neoliberal.

Figura 19 - O Prota-Mei chega à Universidade



Fonte: Portal do Governo do Estado da Paraíba²⁷.

²⁷ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/noticias/mais-de-100-estudantes-da-rede-estadual-de-ensino-ficam-em-primeiro-lugar-no-sisu-2024> Acesso em: 19 jan. 2025.

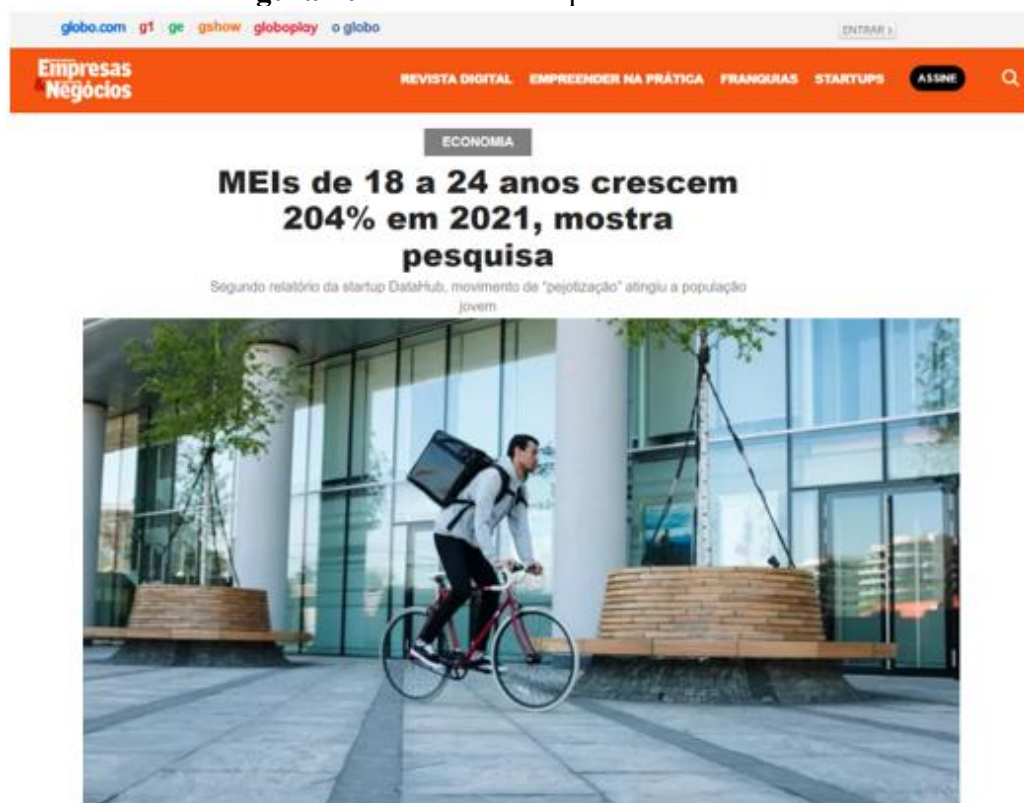
Essa análise pode “cair como uma luva” ao Prota-MEI-Neoliberal que ocupa o ensino superior, mas e quanto ao cidadão protagonista que termina o ensino médio e não chega a ocupar esse espaço? Não muda. Ele segue gerenciando sua vida, seu novo projeto de vida a partir de uma nova perspectiva. Como um empreendedor de fato, já que passou pelo mesmo Dispositivo.

Este cidadão protagonista neoliberal como um Microempreendedor Individual de “Fato” (MEI – e aqui coloca-se tanto em questão de subjetividade como também do ponto de vista conceitual econômico) é entendido, também, como sujeito individualizado que planeja suas ações de forma “Independente”, a curto, médio e longo prazo e o Estado tendo, portanto, a mínima responsabilidade sobre ele. Do ponto de vista econômico, o sujeito que decide montar seu próprio negócio viverá aparentemente sob sua própria tutela, deverá ser seu próprio patrão e empregado. O cidadão protagonista neoliberal, ao cair nas amarras do MEI, seja montando seu próprio negócio ou se rendendo à uberização²⁸ do mercado, tende a sobreviver em condições trabalhistas de precarização, sem direito às férias, décimo terceiro salário, licença maternidade, nem qualquer tipo de direito “comumente” atribuído a um trabalhador regido pela CLT, além de estabilidade provisória.

Em um cenário nacional (ver Figura 20), já é possível constatar a eficiência do discurso empreendedor, que se fortaleceu mediante as diversas reformas estatais, reestruturando dispositivos – como o da Educação – e regulando comportamentos em prol de uma necessidade neoliberal específica. Na Paraíba, cresce o número de jovens que estão aderindo ao sistema de micro empreendedorismo (ver Figura 21) e, na internet, prolifera-se o discurso de jovens que, ao chegarem a sua maior idade, quando normalmente acabam de se formar no Ensino Médio, traçam como alternativa de vida caminhos diversos do empreendedorismo (ver figura 22).

²⁸O termo "uberização do trabalho" é usado para descrever um modelo de trabalho que se baseia em plataformas digitais, que conectam consumidores e trabalhadores. O professor Ricardo Antunes foi um dos pesquisadores que popularizou o termo no Brasil. Ele define o trabalho uberizado como um modelo de trabalho que flexibiliza o trabalho e burla as leis trabalhistas. ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.

Figura 20 - Juventude Empreendedora



Brasil ganhou novos Microempreendedores Individuais entre os mais jovens (Foto: Pexels)

Fonte: Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios²⁹.

Figura 21 - Jovens investindo no próprio negócio na Paraíba



NA PARAÍBA, ALTA FOI DE 550% ENTRE MEIS ABAIXO DE 18 ANOS NO PRIMEIRO SEMESTRE

Cresce número de jovens donos do próprio negócio

p

or Thadeu Rodrigues*

O número de abertura de empresas por microempreendedores individuais (MEIs) com idade abaixo de 18 anos aumentou 226,7%, no país, durante o primeiro semestre do ano, em comparação com igual período de 2021. Conforme levantamento da empresa Datahub, de janeiro a junho deste ano, 1.173 jovens tomaram-se MEIs, ante 259, no ano passado. Na Paraíba, o índice de crescimento é ainda maior: 550%, passando de quatro, no primeiro semestre de 2021, para 26, neste ano. Segundo a Datahub, há 2.328 MEIs ativos com essa faixa etária, no Brasil.

A analista da Unidade de Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae-PB), Renata Câmara, afirma que a internet, além de diversificar as fontes de entretenimento, também passou a ser um espaço de maior exploração por parte dos jovens para encontrar meios de ganhar renda, principalmente durante e após a pandemia de Covid-19.

"Seja para ajudar pais desempregados ou em dificuldades financeiras, ou para ter uma fonte de renda própria, os jovens viram uma oportunidade na internet. Como essa geração tem muito mais facilidade de usar e explorar oportunidades na internet, acaba se empolgando para dar o primeiro passo para empreender", comenta Renata Câmara.

Aos 17 anos, a empreendedora Emily Mayra montou sua loja de roupas femininas on-line em 2020, por sugestão de um ex-namorado. Ela conta que o começo foi difícil, mas em alguns meses, o negócio já estava funcionando. Inicialmente, a loja permaneceu na informalidade, até que, ao completar 18 anos, Emily abriu o CNPJ e tornou-se MEI.

Fonte: Portal do Governo do Estado da Paraíba³⁰.

²⁹ Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Economia/noticia/2022/01/meis-de-18-24-anos-crescem-204-em-2021-mostra-pesquisa.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

³⁰ Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/cresce-numero-de-jovens-donos-do-proprio-negocio. Acesso em: 10 dez. 2023.

Figura 22 - Caminhos pós-médio?



Fonte: Facebook. Com/South América Memes³¹.

Os três últimos enunciados, mesmo catalogados em espaços diferentes (imprensa, portal do Governo do Estado da Paraíba e Rede Social) relacionam-se ao mesmo discurso do sujeito protagonista empreendedor de si. Sujeito que, mesmo deixando o Dispositivo ECI-PB ao concluírem o Ensino Médio, traz em sua subjetividade o individualismo e a busca pela produtividade. É, assim, a governamentalidade neoliberal que constrói nossa subjetividade por meio de um governo dos homens e de ética do cuidado de si. Essa estratégia segue presente nas Universidades (com o sujeito que consegue a promoção/aprovação fruto de seus esforços) ou com aqueles que, mesmo não chegando a ocupar esse espaço, resolvem oferecer sua força de trabalho, abrindo seu próprio negócio ou trabalhando em plataformas digitais. O discurso do protagonista difuso neste amaranhado de nós (enunciados), presente nos mais diversos dispositivos, nos leva a estar presente no aquário que, querendo ou não, nos faz seguir por essa trilha empreendedora e não outra.

³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1408454116190971&set=a.477851389251253>. Acesso em: 10 dez. 2023.

6 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco desta pesquisa buscou realizar uma cartografia dos enunciados neoliberais que foram responsáveis pelo surgimento do Dispositivo Escolar ECI-PB e pela criação de subjetividades. Tomamos como questões relevantes para o aprofundamento das análises bases conceituais sobre a materialidade linguística, poder, resistência, governamentalidade e neoliberalismo. Esse aporte teórico bem como o método arqueogenealógico desenvolvido pelos Estudos Discursivos Foucaultianos de descrição e análise dos enunciados foram cruciais para podermos estudar o sujeito Protagonista.

Assim, entendemos que esses novos sujeitos Protagonistas, que passam a ocupar os mais diversos espaços sociais, seja dentro das Instituições de Ensino Superior, criando seu próprio negócio ou oferecendo sua força de trabalho, são neoliberais. Participantes de uma forma de governança que prioriza o mercado, a competição e a eficiência como princípios centrais da organização da vida social, política e econômica. Esses sujeitos não são apenas indivíduos que vivem sob um sistema neoliberal, mas alguém cujas ações, pensamentos e relações são estruturados por essa lógica.

As Escolas Cidadãs Integrais, alinhadas às diretrizes da Reforma do Ensino Médio e imersas nas políticas e discursos neoliberais que se consolidaram ao longo da história, desempenham um papel significativo na formação do sujeito Protagonista. Por meio da adoção de práticas educacionais que enfatizam a individualização, a competitividade e a lógica do protagonismo juvenil, essas instituições incentivam os estudantes a traçarem seus “Projetos de Vida”.

Observamos, também, a existência de uma lógica meritocrata evidenciada pela exibição de resultados no ENEM, com destaque para os aprovados em cursos concorridos, enquanto aqueles que não batem suas metas estabelecidas são sujeitos ao fardo do fracasso individual. Esse modelo educacional reproduz a governamentalidade neoliberal, formando jovens preparados para se adaptarem às exigências do mercado de trabalho, seja por meio do ingresso no ensino superior ou da adesão ao microempreendedorismo e à “uberização” da economia. Assim, as escolas não apenas preparam os alunos para o mercado, mas também moldam suas subjetividades de acordo com os valores neoliberais de eficiência, produtividade e autogestão.

A pesquisa em questão, destaca-se por seu caráter inovador e por suas significativas contribuições para as esferas social e acadêmica. A singularidade deste trabalho reside na sua estreita conexão com eventos discursivos reais, um atributo fundamental derivado da abordagem dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Ao descrever e analisar os enunciados

carregados de valores dos acontecimentos propostos por essa perspectiva, a pesquisa evidencia uma compreensão das dinâmicas discursivas que moldam a sociedade contemporânea, permitindo-nos refletir sobre o porquê que somos exatamente esse sujeito e não outro em seu lugar.

É importante frisar que as análises não pretendem ir contra o acesso dos alunos protagonistas ao mercado de trabalho, às universidades ou ao empreendedorismo, por exemplo. Quando mostramos os discursos da educação neoliberal, não opomos o interesse da juventude em alcançar o seu sucesso profissional. Nosso objetivo é, antes, evidenciar que o sujeito é fruto de uma relação discursiva que não é natural, mas sim histórica. Nesse sentido, atentamos para o surgimento de um modelo de educação que naturaliza a auto exploração, subjetivando jovens que romantizam a competitividade fortalecendo o discurso da meritocracia.

Dessa forma, torna-se essencial pensarmos nas possibilidades de sermos sujeitos diferentes. Sujeitos subjetivados, mas não de forma impositiva; sujeitos que resistem e colaboram com a construção de sua própria identidade; sujeitos que cuidam de si, que questionam os próprios privilégios, compreendendo por que chegamos aonde chegamos e por que tantos outros não chegaram até aqui. Sujeitos que enxergam os efeitos do neoliberalismo e que mesmo fazendo parte desta racionalidade, não está de forma ingênua. Resistem com o propósito de transformar, em alguma medida, essa ordem social desigual.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 fev. 2023.
- CARVALHO, Luiz Eugênio Pereira; DE FARIAS RODRIGUES, Raphaela Barbosa. Gerencialismo privado na educação pública: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) na Paraíba. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 4261-4274, 2019.
- COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FERNANDES, Cleudemar Alves; SARGENTINI, Vanice. Saussure e Foucault, língua e discurso. **Revista da Anpoll**, v. 53, n. 2, p. 53-67, 2022.
- FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, [S. l.], n. 27, p. 39-46, 2003. DOI: 10.5902/2176148511896. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8 ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **The Order of Things: an archaeology of the human sciences**. London: Routledge, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique** (Paris: Seuil/Gallimard, 2004). Ed. bras.: Nascimento da biopolítica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7 ed. Trad. Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2 ed. rev. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por Antônio Cavalcante Maia. Revisão Técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia. Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009c.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Michel Foucault Repensar a Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos & Escritos. v. VI) p. 1-24.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HENRIQUE, Maria Claudia Coutinho. **Escola Cidadã Integral de Ensino Médio do Estado da Paraíba: Projeto de Vida Para o Cidadão Completamente ou para o Indivíduo Emancipado?**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

HENRIQUE, Maria Claudia Coutinho; RODRIGUES, Melânia Mendonça. Escola Cidadã Integral: um novo ensino médio na rede estadual da Paraíba?. In: Colóquio Internacional Regressão Social E Resistência da Classe Trabalhadora, 2., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: IFRN, 2019. p. 1-10.

HOBBS, T. **Leviatã, ou, Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo, 1983. Disponível em: <https://perguntasapo.files.wordpress.com/2010/06/23439650-278-col-ospensadores-hobbes-leviata.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ICE. **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LIMA NETO, Isaías Serafim de, & Silva, Francisco Vieira da. (2024). A formação de condutas empreendedoras nas ECIT paraibanas: uma leitura discursiva dos documentos orientadores. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, 17(36), e21228. <https://doi.org/10.20952/revtee.v17i36.21228>

NAVARRO, Pedro; SARGENTINI, Vanice. Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil-Cartografias: Entrevista com Maria do Rosario Gregolin. **Revista da Anpoll**, v. 53, n. 2, p. 20-40, 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Tradução oficial. United Nations High Commissioner For Human Rights. 1948. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.

PARAÍBA. **Escola Cidadã Integral**. Disponível em: <https://sites.google.com/view/ecipb/in%C3%ADcio?authuser=0>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PARAÍBA. Decreto Nº 36.408 de 30 de Novembro de 2015. Cria a Escola Cidadã Integral, institui o Regime de Dedicação Docente Integral – RDDI e dá outras providências. **Diário Oficial**, João Pessoa, 01 de Dezembro de 2015. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/12/DiarioOficial-01-12-2015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PARAÍBA. Medida Provisória Nº 267 de 07 de Fevereiro de 2018. Autoria: Poder Executivo Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicação Docente Integral – RDDI e dá outras providências. **Diário Oficial**, João Pessoa, 09 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2018/02/Diario-Oficial-09-02-2018.pdf>. Acesso em: 10 mar 2022.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Diretrizes Operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba**, 2021. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/arquivos/diretrizes-operacionais/diretrizes-operacionais-das-escolas-da-rede-estadual-de-educacao-da-paraiba_1.pdf> Acesso em 18 mar 2024,

PARAÍBA. **Plano Estadual de educação**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (2021a). **Caderno das Disciplinas Empreendedoras**.

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (2021b). **Caderno Currículo por Competências e Habilidades: caminhos para a integração entre a**

formação básica e a educação profissional e técnica.

<<https://1drv.ms/b/s!ArCGyhpcGdNjpM1mV3P3Li-FIT8IQ?e=WGJbYu.>>

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani.- São Carlos: Clara luz, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2012

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.

SILVA, Joanderson dos Santos. **1984 [manuscrito]: um estudo do poder disciplinar na construção de subjetividade**. 2020. 52 p. Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 - A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Vol. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

TIAGO, H. N. **“Poder por amor ao poder”**: uma análise discursiva das relações de poder em 1984, de George Orwell. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. **História da UBES**. 2024. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/category/historia-da-ubes/>. Acesso em: 04 jan. 2024.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.